



**Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Ciências Sociais – INCIS
Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali**

MEMORIAL DESCRITIVO:

**REFLEXÕES DE UMA PROFESSORA SOBRE
TRABALHO E VIDA**

UBERLÂNDIA, JULHO DE 2020

FABIANE SANTANA PREVITALI

Memorial Descritivo para Promoção da Classe de Professora Associada IV para Classe de Professora Titular da Carreira de Magistério Superior na Universidade Federal de Uberlândia, conforme Resolução N° 03/2017, do Conselho Diretor.

UBERLÂNDIA, JULHO DE 2020

*À minha mãe Paula,
Ao meu pai Wilson (in memoriam),
Ao Cílson, meu companheiro
Às minhas meninas, Íria e Lara*

Agradecimentos

De forma mais genérica, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram com a minha formação e profissionalização enquanto professora e pesquisadora. Agradeço especialmente:

Aos meus pais pelo amor incondicional, pela educação e cuidados que me possibilitaram seguir em frente com discernimento.

À minha irmã Taciana e meu irmão Fábio pelo carinho de sempre.

Ao Cílson, companheiro de todos os momentos, pelo amor, carinho e confiança, por poder compartilhar inseguranças e incertezas, por seu apoio e estímulo constantes e fundamentais, por nossas reflexões sobre trabalho e vida, por tudo o que construímos juntos.

Às minhas filhas Íria Maria e Lara Maria, por serem o que são, sem mais nem menos, pelo simples fato de existirem e serem minhas meninas.

Aos meus amigos de sempre, Luís e Érica.

À Dilma, amiga querida e companheira de luta e à sua família.

À todas e todos professoras e professores, por todos os ensinamentos que foram me formando e (trans)formando.

Aos meus ex-orientadores, Prof. Felipe Luiz (*in memoriam*) na graduação, Prof. Juarez B. Lopes (*in memoriam*) e Profa. Leda Gitahy no mestrado, por terem me iniciado nos caminhos tortuosos e estimulantes da pesquisa científica.

Ao Prof. Ricardo Antunes, meu orientador no doutorado, por sua confiança e incentivo desde o início, pelas horas dedicadas à orientação, pela sua disponibilidade de sempre, mesmo em período de férias, por sua lucidez e extraordinárias palavras que muito me auxiliaram em momentos difíceis de minha vida acadêmica. Por me permitir fazer parte de seu grupo de estudos e me conceder a honra de compartilhar de suas análises.

À Profa. Raquel Varela, por me receber em seu grupo de pesquisa e pela convivência cordial de trabalho em meu estágio pós-doutoral na Universidade Nova de Lisboa.

Ao Prof. Afrânio Catani, por muito gentilmente aceitar ser meu supervisor no pós-doutoramento na Universidade de São Paulo, por sua confiança e amizade.

Aos professores Moacir, António e Aldo que compuseram a banca de avaliação de progressão, pelo aceite e consideração.

Aos professores que compõem a banca de defesa deste Memorial, Prof. Robson Luiz de França, presidente da banca, Prof. José Luis Sanfelice, Prof. Afrânio Mendes Catani e Prof. José Claudinei Lombardi, agradeço o aceite e a disponibilidade.

Aos estudantes de graduação e pós-graduação, que me estimulam com suas questões – ou seu silêncio – a repensar e recriar, num movimento sempre dinâmico, o meu trabalho de ensinar.

Aos membros do GPTES, espaço de construção coletiva, pelas horas prazerosas e intensos debates.

Aos colegas dos movimentos sociais e sindicatos, por aceitarem dialogar comigo e com todos/as membros do GPTES e por confiar em nosso trabalho.

Aos colegas do INCIS, pela convivência respeitosa.

Aos técnicos administrativos Lourival, Thiago, Nice, Edvandra, Henrique e Jacqueline, bem como às funcionárias Sandra e Elenice (INCIS), ao James e Ali (PPGED), pelo indispensável auxílio. Faço um agradecimento especial à Jacqueline, secretária do INCIS, com quem trabalhei muito proximamente quando exerci a função de gestora, pela paciência, cordialidade e profissionalismo com que me auxiliou, e ainda me auxilia, nas atividades de administrativas na universidade.

Ao Prof. Carlos Henrique, por sua amizade e confiança em meu trabalho.

Ao Prof. Armindo Quillici pela convivência amistosa e sempre cordial e por me apresentar sua família maravilhosa, Nilva, Mariana e Maria Clara, com quem compartilhamos horas prazerosas.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), pelo ambiente de trabalho sempre cordial.

Aos colegas da Linha de Pesquisa Trabalho Educação e Sociedade (TSE), Carlos Lucena, Sérgio Paulo, Robson, Bosco e Adriana pelo companheirismo.

Um agradecimento especial ao Carlos Lucena, por ter-me oportunizado participar como docente na Pós-Graduação em Educação (PPGED), abrindo, assim, um novo caminho na minha carreira acadêmica, por seu apoio e solidariedade.

Ao Tomané e Paulina, queridos amigos portugueses, pela generosidade e atenção para com toda minha família, pelas conversas sempre prazerosas que muito me ajudaram a aprender sobre Portugal.

À todas as instituições que me receberam e me possibilitaram novos conhecimentos e novas experiências.

À UFU, pelo apoio e incentivo no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo significativamente para o desenvolvimento de minha carreira acadêmica.

Às agências de fomento externas CAPES, CNPq e FAPEMIG, pelos auxílios financeiros e bolsas recebidos, fundamentais para o meu desenvolvimento enquanto pesquisadora.

O exercício do trabalho autônomo, eliminado o desperdício de tempo excedente para a produção de mercadorias, eliminado o tempo de produção destrutivo e supérfluo (esferas dominadas pelo capital), possibilitará o resgate verdadeiro do sentido estruturante do trabalho vivo. E uma nova forma de sociabilidade capaz de possibilitar o florescimento do trabalho efetivamente humano e social exercido por meio do atendimento das autênticas necessidades sociais, fornecendo um novo sentido tanto à vida dentro do trabalho quanto à vida fora dele, onde a liberdade e a necessidade se realizem mutuamente.

**Ricardo Antunes,
O Privilégio da Servidão**

Puro engano de inocentes e desprevenidos. O princípio nunca foi a ponta nítida e precisa de uma linha, o princípio é um processo lentíssimo, demorado que exige tempo e paciência para se perceber em que direção quer ir, que tenteia o caminho como um cego, o princípio é só o princípio, o que fez vale tanto como nada.

**José Saramago,
A Caverna**

Resumo

Este memorial descritivo foi elaborado de acordo com a Resolução Nº 03/2017, do Conselho Diretor, que regulamenta a progressão na “carreira do Pessoal Docente, em atividade, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)”, da classe de professora Associada IV para a classe de professora Titular. O seu objetivo é descrever as passagens significativas de minha vida, minha formação e carreira profissional, iniciando com o ingresso no curso de graduação em Ciências Sociais em 1988, até os dias de hoje. A exposição inclui relatos marcados pela subjetividade pois são registros pessoais, que me emocionaram e marcaram a minha vida pessoal e profissional, foram revistos e descritos de modo resumido e seletivo, pois a lembrança é, além de seletiva, uma interpretação do passado. Em termos gerais, o memorial descreve minhas experiências como cientista social atuando na educação, com uma breve passagem pelo ensino básico público e depois, no ensino superior, privado e público e, finalmente, em 2004, como docente na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) por concurso público. O memorial é composto de duas partes. A Parte I concerne ao memorial propriamente dito cujo título é “Reflexões de Uma Professora sobre Trabalho e Vida” e Anexos, sendo estes a apresentação dos comprovantes das publicações, dos documentos e das atividades, dispostos na ordem em que foram citados. A Parte II é o Relatório de Progressão com a relação de atividades realizadas no período de 18 de agosto de 2018 a 20 de junho de 2020, com quadro de pontuação, aprovado pela banca de avaliadores internos, conforme exigência da Resolução 03/2017, do Conselho Diretor.

Sumário

PARTE I

Introdução	09
1 - Da Educação Básica ao Ensino Superior	11
1.1 - A Pós-Graduação no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade De Campinas – IFCH/Unicamp	14
1.1.1- O Mestrado em Ciências Sociais (1993-1996)	14
1.2.2 – O Doutorado e o Estágio Sanduíche na Universidade de Manchester, Inglaterra (1998-2002)	17
2 – A Docência no Ensino Superior	22
2.1 – As Atividades Profissionais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU): Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão	23
2.1.1 - O Ensino	24
2.1.2 – A Pesquisa	27
2.1.3 – A Extensão	43
2.1.4 – Participação e Organização de Eventos Científicos	47
2.1.5 – A Gestão	50
Conclusão	52
Anexos – Documentos Comprobatórios	53

PARTE II

Relatório de Progressão Documentado

MEMORIAL DESCRITIVO: REFLEXÕES DE UMA PROFESSORA SOBRE TRABALHO E VIDA

Introdução

Este é o primeiro memorial descritivo que elaboro. Procurei seguir as orientações de Antônio Joaquim Severino (2007). Ele foi elaborado para fins de progressão na carreira acadêmica, de acordo com a Resolução Nº 03/2017, que regulamenta a progressão na carreira do Pessoal Docente, em atividade, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), da classe de professora Associada IV para a classe de professora Titular. Descreve passagens que julgo serem as mais significativas de minha vida profissional e pessoal, iniciando com o ingresso no curso de graduação em Ciências Sociais, em 1988, até os dias atuais, como docente na Universidade Federal de Uberlândia, lotada no Instituto de Ciências Sociais, UFU/INCIS.

Elaborar um memorial descritivo não é uma tarefa fácil, pois significa reconstituir a própria existência. Na opinião de Severino (2007), memorial “é uma retomada articulada e intencionalizada dos dados do Curriculum Vitae do estudioso, no qual sua trajetória acadêmico-profissional fora montada e documentada” (p. 244). Ou seja, o memorial é um retrato crítico do indivíduo desenvolvido através do tempo e que possibilita a reconstrução de sua vida pessoal e profissional.

Relembrar o passado significa revivê-lo, mas já com outros olhos. Algumas vezes com saudades, outras vezes com arrependimentos, mas certamente, sempre como uma experiência vivida, cujas decisões são motivadas e tomadas à luz da realidade concreta em que estamos circunscritos e que pode ser compartilhada com quem nos relacionamos ao longo de nossas vidas. No relato que aqui se inicia, pretendo não somente enumerar os fatos, acontecimentos e produção durante minha trajetória acadêmica, mas, sobretudo, descrever os princípios que nortearam a minha inserção na vida acadêmica enquanto professora e pesquisadora.

O memorial é composto de duas partes. A Parte I concerne ao memorial propriamente dito cujo título é “Reflexões de Uma Professora sobre Trabalho e Vida” e Anexos, sendo estes a apresentação dos comprovantes das publicações, dos documentos e das atividades, dispostos na ordem em que foram citados. A Parte II é o Relatório de Progressão com a relação de atividades realizadas no período de 18 de agosto de 2018 a 20 de junho de 2020, com quadro de pontuação, aprovado pela banca de avaliadores internos, conforme exigência da Resolução 03/2017, do Conselho Diretor.

No memorial faço um relato de fatos para mim significativos de minha vida a partir do ingresso na educação básica, em Piracicaba, cidade onde nasci, passando depois pela educação superior, no curso de graduação em Ciências Sociais, licenciatura e bacharelado, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras (FCL), campus de Araraquara, cidade do interior do estado de São Paulo entre 1988 – 1992.

Em seguida, ingressei na pós-graduação na (UNICAMP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), mestrado no período 1993-1996 e doutorado nos anos 1998 - 2002, com uma passagem de um ano entre agosto de 1999 - a setembro de 2000 pelo *Centre of Labour Studies, na University of Manchester*, na Inglaterra no âmbito da modalidade doutorado sanduíche, com apoio da Capes.

Em 2004, após passagem no ensino superior privado e também público, como recém-doutora na FCL/UNESP, ingressei por concurso público Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde me encontro hoje, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, atuando em cursos de graduação e em dois programas de Pós-graduação, a saber: o programa de pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e o Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED). Pela UFU tive a oportunidade de realizar minha primeira capacitação em nível de pós-doutoramento na Universidade Nova de Lisboa, Portugal (2013-2014). Atualmente me encontro no meu segundo pós-doutoramento o qual se realiza junto à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP), compreendendo o período 01 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2020.

Sendo assim, passo agora a reconstruir minha trajetória de trabalho e vida.

1 - Da Educação Básica ao Ensino Superior

Nasci em Piracicaba, interior de São Paulo, em 08 de janeiro de 1970, sendo a primeira filha de Wilson Previtali, radialista e depois contador até seu falecimento na empresa Cooperativa dos Plantadores de Cana de Piracicaba, e Paula Santana Previtali, costureira e dona de casa. Meu irmão Fábio nasceu um ano e meio depois e, após seis anos, minha irmã Taciana.

Minha mãe cursou apenas até ao que corresponde hoje o quarto ano do fundamental e meu pai terminou o ensino médio. Minha vida, educação e caráter eu devo a eles. Sou casada com Cílon César Fagiani, também professor e pesquisador, meu companheiro de longa data, com quem estabeleço estreita colaboração intelectual e com quem tenho duas filhas adolescentes, Íria e Lara.

Grande parte da minha formação escolar se deu em uma escola pública, a Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus “Sud Mennucci”. Lá estudei do pré-primário até o primeiro ano do atual ensino médio, quando passei a frequentar uma escola particular, o Anglo, visando um melhor preparo para o vestibular. Até então sabia que minha área era de humanas, especialmente a história, mas não havia definido o curso ainda. Pensava no curso de História e Jornalismo. Apenas no terceiro ano do ensino médio é que tomei conhecimento do curso em Ciências Sociais através de meu professor de História, Lafayette.

Terminado o ensino médio, prestei vestibular para graduação em Ciências Sociais e passei na Universidade Estadual do Estado de São Paulo (UNESP), Faculdade de Ciências Sociais e Letras (FCL), campus de Araraquara. Era o ano de 1988 e eu estava então com 18 anos. Minha mãe me acompanhou no primeiro contato com a cidade para me auxiliar com a matrícula e as providências para minha instalação na cidade. Afinal, eu saí de casa pela primeira vez e iria dividir uma casa, morar numa “república” com mais três garotas, sendo uma delas filha de uma conhecida de minha mãe.

Assim, no período de 1988 a 1991 eu morei na cidade de Araraquara, há 130 km de Piracicaba, ambas no interior do estado de São Paulo. O curso de Ciências Sociais possibilitava a habilitação em Bacharelado e em Licenciatura ou em ambos. Eu cursei os dois, tendo obtido o diploma de licenciatura em 1991, cujas disciplinas eu realizava no período noturno e, no ano seguinte, o de bacharelado, sem ter tido nenhuma dependência ou reprovação em nenhuma das habilitações.

Como o curso de Ciências Sociais envolvia três campos de conhecimento, quais sejam: antropologia, ciência política e sociologia, e como eu, a cada disciplina, parecia gostar de todas, busquei realizar atividades extra sala de aula, como estágios, monitorias e cursos de extensão, à fim de aprofundar meus conhecimentos e, especialmente, descobrir qual era exatamente a minha área de interesse. Outro motivo é que essas atividades possibilitavam um auxílio financeiro que me ajudavam com as despesas.

Seguindo esse raciocínio, fiz um estágio remunerado na Antropologia, a convite da Profa. Silvia Carvalho, no Projeto de Pesquisa “Bibliografia Crítica dos Aruák” ao longo do ano de 1989. Concomitantemente, a partir do segundo semestre de 1989 até o primeiro semestre de 1990, estagiei no Núcleo de Ensino do curso de Pedagogia, sob a coordenação da Profa. Alda Junqueira Marin. Quando não estava nos estágios ou nas aulas, me reunia com a Profa. Sônia Irene do Carmo, historiadora apaixonada pelo seu trabalho, que ministrava a disciplina “História Econômica Política e Social Geral”. Com ela estudava história medieval e escutava atenta suas histórias de militância contra a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).

Tive a oportunidade de ter aulas com grandes professores como José Castilho, da Filosofia, Marcelo Ridenti, da Sociologia e Vera Botta, que despertou minha curiosidade pela sociologia rural. Com ela descobri a luta pela reforma agrária e os assentamentos do Movimento dos Sem Terra (MST) na microrregião de Araraquara, aguçando meu interesse pela pesquisa empírica e pela etnografia. Passei muitas horas difíceis, mas prazerosas, transcrevendo fitas k-7 de depoimentos de membros dos movimentos e assentados. Em 1991 passei a cursar as disciplinas do curso de licenciatura no período noturno, no qual me licenciarei ao final daquele ano.

A graduação foi um período eufórico e de grande importância em minha vida, abalado apenas pelo falecimento de meu pai, em agosto de 1989, por um ataque cardíaco inesperado. Foi um semestre difícil. Não interrompi os estudos, embora voltasse a minha terra natal quase semanalmente para estar com minha família.

Minha formação política mais ativa teve início também nesse período. Já havia em mim uma perspectiva inquietante sobre as condições da vida humana, já conhecia um pouco e gostava das leituras de Marx e Engels. Mas na graduação essas leituras se juntaram à militância. A conjuntura nacional também contribuía para esse posicionamento. Eu havia acompanhado, timidamente, aos 15 anos, a luta pelas “Diretas Já”. Fui muito mais uma expectadora que se entusiasmava e se decepcionava a cada acontecimento que propriamente uma participante do movimento.

Em 1988, ano em que foi promulgada a Constituição Cidadã em outubro, passei a participar ativamente dos movimentos sociais de luta pela educação e em defesa dos trabalhadores, bem como das discussões estudantis do Diretório dos Estudantes sobre os rumos do país, contribuindo na organização do apoio dos estudantes da FCL em todas elas mas, em especial, da organização das manifestações de apoio à greve dos docentes das universidades públicas estaduais que ocorreu ao longo daquele segundo semestre.

A greve foi longa, difícil e desgastante para todos. Em meio aos debates e as ações organizativas, eu aprendia e me fortalecia também nas reivindicações específicas do movimento estudantil local por restaurante universitário e moradia estudantil. Em 1990 participei da organização da ocupação das salas de aula pelos estudantes como parte da luta por moradia estudantil. Nossa interlocução se dava especialmente com os colegas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que também lutavam pela moradia. Em outubro de 1989, após ser escolhida pelos colegas, tornei-me representante discente no Conselho do Curso de Ciências Sociais, atividade que exerci por um ano.

Em meio a tudo isso continuava a estudar. Estava muito entusiasmada com a pesquisa de campo na sociologia rural, quando, a convite de amigos, assiste aulas do Professor Antonio Moraes Neto, docente no curso de Economia da FCL e o do Professor Luiz Felpe Gomes e Silva (*in memoriam*), docente do curso de Administração Pública. Ambos trabalhavam juntos naquela época e coordenavam um grupo de estudos sobre inovação técnica e desenvolvimento das forças produtivas em Marx. Passei a frequentar o grupo de estudos e fazer as primeiras leituras sobre crise do capitalismo, processo de trabalho e inovação técnica. Realizei a minha primeira leitura – de muitas outras ao longo de minha formação - dos assim chamados capítulos históricos de Marx: Cooperação Simples, Manufatura e Grande Indústria e tive meu primeiro contato com o livro “Trabalho e Capital Monopolista”, de Harry Braverman.

A partir dessas discussões, fui deixando a sociologia rural e envolvendo-me com as discussões sobre trabalho e tecnologia. Sob a orientação do Professor Luiz Felipe, que foi um grande amigo, muito paciente e compreensivo, realizei, em 1992, uma pesquisa monográfica, em nível de Iniciação Científica com o título “Microeletrônica e Qualificação dos Trabalhadores na Indústria Metal-Mecânica”, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a qual se tornou minha monografia de final de curso, defendida no final daquele ano.

Devo dizer que foi o Prof. Felipe que me estimulou a continuar meus estudos sobre trabalho no curso de pós-graduação no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

1. 1 - A Pós-Graduação no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade De Campinas – IFCH/UNICAMP

1.1.1- O Mestrado em Ciências Sociais (1993-1996)

No segundo semestre de 1992 já havia voltado a residir em Piracicaba, com minha mãe e irmãos. Comecei a trabalhar como professora na rede pública estadual, ministrando aulas de História e Geografia, pois, naquela época, não havia a obrigatoriedade do ensino de sociologia na educação básica. Era uma escola localizada na zona periférica da cidade, num bairro chamado Cruz Caidada e muitos dos meus alunos e alunas, entre 12 e 13 eram filhos e filhas de trabalhadores/as no corte da cana-de-açúcar.

Enquanto lecionava, estudava para o processo seletivo para o ingresso no mestrado em sociologia no IFCH/ UNICAMP, em Campinas, no final de 1992. Tive a felicidade de ser admitida no programa, turma 1993, com um pré-projeto que analisava os efeitos das mudanças tecnológicas e organizacionais sobre a formação profissional dos trabalhadores do setor metalúrgico, um desdobramento da monografia da graduação. Tive a honra de ser orientada pelo Professor Juarez Brandão Lopes, uma pessoa muito gentil e afetuosa e, o que vim a descobrir pouco depois, um dos grandes inauguradores da sociologia do trabalho no Brasil.

Na década de 1990 estava em debate a questão da terceira revolução industrial, ou revolução microeletrônica, a qual trazia consigo a discussão da reestruturação produtiva e as implicações sobre o processo de qualificação/desqualificação dos trabalhadores. Destaca-se que no Brasil inicia-se nesse período uma ampla reforma do Estado sob o ideário das teses neoliberais, manifestas na centralidade do mercado como agente regulador das relações capital e trabalho. As estratégias do Estado para recompor a lucratividade do capital inserem-se no bojo de um amplo programa de reforma da gestão pública, sob os princípios da Nova Gestão Pública, as quais tiveram início no governo Collor (1990-1992), mas assumem um caráter mais sistêmico no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), quando da criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) em 1995, pelo então Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira.

Tais estratégias podem ser resumidas da seguinte forma: a) privatizações diretas de setores públicos e/ou parcerias com o setor privado e assim transferência de recursos públicos para o setor privado; b) injeção de fundos públicos na revitalização de empresas privadas e c) desregulamentação das relações laborais para criação de condições favoráveis de aumento da produtividade do trabalho. Ao todo, foram privatizadas mais de 100 empresas durante o governo de FHC, acarretando desemprego e precarização do trabalho. Os trabalhadores/as foram estimulados a tornarem-se pequenos empresários, fornecedores das grandes empresas no bojo dos processos de terceirização e subcontratação ao mesmo tempo que ganha enorme impulso as teses da requalificação profissional.

Essas temáticas me fascinavam e me intrigavam e eu desejava fortemente conhecer o que ocorria no “chão da fábrica”. Professor Juarez me orientou na leitura de autores como D. Gallie, S. Mallet e A. Schaff e me sugeriu pesquisar a indústria automotiva. Diante de meu aceite, colocou-me em contato com sua colega, Professora Leda Gitahy do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT), do Instituto de Geociências (IG) também da UNICAMP que tinha pesquisas em andamento nesse ramo da indústria.

Após conversas iniciais, a Professora Leda convidou-me às suas aulas, assim como para as reuniões do grupo de estudos por ela organizado. Era um grupo bastante heterogêneo, incluindo cientistas sociais, economistas e engenheiros de produção. Nessas reuniões discutíamos, sob uma forte perspectiva econômica, a questão da mudança tecnológica e seus impactos nos trabalhadores. Destaco as discussões das obras de J. Schumpeter, A. Bosi, B. Corriat e A. Gorz. Devo dizer que essa perspectiva mais economicista, com ênfase na mudança tecnológica, era uma tendência forte no meio acadêmico, mesmo entre os autores marxistas. De fato, a minha formação estava caminhando nessa abordagem e, até então, nenhum conflito se apresentava para mim.

Minha dissertação de mestrado foi sendo delineada no sentido de analisar a cadeia produtiva da indústria automotiva, em particular o setor de autopeças na microrregião de Campinas. Ela foi construída no âmbito de uma pesquisa maior, de caráter nacional, sob a coordenação da Professora Leda, juntamente com o Professor Roberto Ruas (UFRS), Professora Alice Abreu (UFRJ) e Prof. José Ricardo Ramalho (UFRJ).

Com o título “Reestruturação Produtiva, Trabalho e Educação” e apoio da FINEP/CEDES/CNPq, a pesquisa buscava analisar a reestruturação produtiva em três regiões do Brasil: o interior de Campinas no estado de São Paulo, o estado do Rio de Janeiro e estado do Rio Grande do Sul tendo como foco a industrial de linha branca (eletrodomésticos) e automotiva.

No bojo dessa pesquisa, minha dissertação teve como objetivo central investigar como o novo padrão de competitividade industrial, pautado em programas de qualidade total e qualificação dos fornecedores, alterava as relações de subcontratação e de gestão do trabalho nos níveis inferiores da cadeia produtiva a partir de um estudo de caso em uma empresa de autopeças. Para tanto, faço a discussão sobre o modo de regulação capitalista ocidental a partir do referencial da Escola de Regulação Francesa para em seguida, abordar o processo de reestruturação produtiva nas empresas ocidentais a partir do final dos anos 1970 e a adoção das práticas japonesas de gestão e organização do trabalho que se apresentavam como as mais “modernas” e o meio para a saída da crise que se instalava naquele momento. A pesquisa de campo foi realizada em uma empresa fornecedora de autopeças em Sumaré, microrregião de Campinas e 12 de seus fornecedores diretos, organizados entre pequenos, médios e grandes fornecedores em função do número de trabalhadores.

Finda a pesquisa, concluí que as empresas estavam se reestruturando à luz do chamado “Modelo Japonês”, implementando mudanças organizacionais, envolvendo ferramentas de controle de processo, como a qualidade total e o *just-in-time* e desenvolvendo contratos mais estáveis de fornecimento. Entretanto, essas mudanças não estavam sendo acompanhadas por alterações nas formas de gestão da força de trabalho, envolvendo políticas de treinamento e de participação dos/as trabalhadores/as. A defesa do trabalho ocorreu em 28 de novembro de 1996. A pesquisa foi bastante elogiada e resultou em entrevistas, com destaque para o “Jornal de Unicamp” em julho de 1997 e na publicação do artigo “Aspectos da Qualidade e Relações de Subcontratação no Setor de Autopeças, também em 1997.

Ao terminar o mestrado, não busquei o ingresso no doutorado seguidamente. Eu havia feito a disciplina Sociologia do Trabalho com o Professor Ricardo Antunes que também fez parte da minha banca de defesa. As análises do professor e suas considerações na minha banca de defesa inquietaram-me quanto ao enfoque que eu estava priorizando no campo da sociologia do trabalho. Assim, conversei com a Professora Leda, pois seria natural o doutoramento no DPCT, e expus minhas dúvidas.

A Profa. Leda foi bastante compreensiva e me propôs continuar no DPCT/IG, trabalhando no seu projeto, na qualidade de bolsista no Programa de Formação de Recursos Humanos para Áreas Estratégicas (RHAE), do CNPq no período 1997-1998.

Durante esse período aproveitei para realizar disciplinas como ouvinte no IFCH. No final do ano de 1997, candidatei-me ao processo seletivo do programa de doutorado do DPCT/IG e do IFCH. Passei em ambos. Em primeiro lugar no DPCT e em segundo no IFCH. Escolhi IFCH, no qual ficaria sob a orientação do Professor Ricardo, o que muito me honrou e me dignifica ainda hoje, pois, apesar de nutrir grande respeito, consideração e amizade por todos os professores e professoras que me formaram, devo destacar o Professor Ricardo como meu grande mentor. Com muita competência, bom humor e dedicação incansável ele me convidou, ao longo de suas aulas e reuniões de orientação, a refletir sobre os caminhos de minhas pesquisas, influenciando-me profundamente.

1.1.2 – O Doutorado e o Estágio Sanduíche na Universidade de Manchester, Inglaterra (1998-2002)

Iniciei o doutorado em 1998 com um projeto cujo eixo central da análise se dava sobre as formas de controle do trabalho pelo capital na indústria automotiva a partir do da reestruturação produtiva dos anos 1990. Mantive o setor automotivo como objeto da pesquisa, mas agora sob uma nova ótica, qual seja: buscando compreender a reestruturação produtiva, bem como as estratégias macroeconômicas e tecnológicas, no âmbito da dinâmica das lutas de classe pelo controle do trabalho e lançando luz às estratégias coletivas e individuais dos trabalhadores do chão da fábrica. A empresa escolhida foi a empresa Mercedes Benz, dado que, em conversa com o sindicato dos metalúrgicos de Campinas, soube que a unidade produtiva da empresa localizada em Campinas estava para ser fechada, o que envolvia demissões e remoções para a unidade de São Bernardo do Campo. Busquei então analisar esse processo.

Antes de dar início a pesquisa de campo, num dos encontros com o Prof. Ricardo, no primeiro semestre de 1999, ele me perguntou se eu não gostaria de realizar parte do doutorado na Inglaterra, o chamado doutorado-sanduíche, no âmbito de um convênio assinado entre o IFCH/UNICAMP e o *Centre of Labour Studies* da *University of Manchester*, em Manchester. Fiquei um pouco receosa com a ideia pois, até então, nunca havia saído do Brasil. Mas, a oportunidade de conhecer o mundo europeu, em especial a

Inglaterra, e mais ainda, estudar em Manchester, nascedouro da Primeira Revolução Industrial e palco das lutas sociais da classe trabalhadora se apresentava como imperdível. Ao longo daquele semestre me preparei para organizar a minha ida o que incluiu o reforço das aulas de inglês e um casamento no cartório há doze dias de minha partida.

Juntamente com Cílson, embarquei rumo a Manchester em 12 de setembro de 1999 e lá permaneci até 31 de agosto de 2000, contemplada com bolsa da CAPES. Fiquei sob a supervisão do Prof. Karel Williams, uma pessoa muito atenciosa e cordial, que me instigou a estudar as cadeias de fornecimento globais, as *supply chain*. Essa discussão estava no epicentro das mutações industriais na Inglaterra em função do processo de reestruturação produtiva, envolvendo terceirizações e subcontratações em nível global, ao mesmo tempo que ocorria o fechamento das empresas no país, especialmente na região da grande Manchester, ao que se denominou “desindustrialização”. Nesse período, a Inglaterra estava sob o governo do trabalhista com Tony Blair como primeiro ministro.

Eu estava muito impressionada com a Inglaterra. Era meu primeiro contato com um país de forte desenvolvimento econômico e civilidade nas relações sociais. Eu morava em um bairro central, habitado por trabalhadores ingleses de baixa renda e por imigrantes em sua maioria paquistaneses. Neste bairro havia escolas públicas funcionando bem em período integral. Havia uma biblioteca local que funcionava como uma espécie de centro de convivência para os/as moradores/as, onde se servia chá com bolachas à tarde. Havia ainda um centro recreativo com salão de baile e piscina aquecida muito frequentada por pessoas idosas. Havia o centro de saúde público local. Eu era frequentadora desses locais e eles funcionavam bem, sem superlotação, com regularidade e com funcionários/as bem preparados/as em suas funções. Os ônibus funcionavam com regularidade e raramente lotados. Havia um enorme parque local onde nos dias quentes e sem chuva –raríssimos – se fazia piqueniques, se jogava bola e também não se fazia nada, a não ser olhar para o céu.

Embora o governo trabalhista sofresse críticas, ainda se mantinha com alta popularidade porque o governo conservador havia sido desastroso e ninguém mais desejava o seu retorno. Conversando com meus vizinhos, estes não estavam nada satisfeitos e diziam que o *Labour Party* havia feito promessas as quais não cumpria. O desemprego aumentava. Os jovens não tinham o que fazer, não havendo empregos para eles também. As bolsas de estudos na universidade para os/as estudantes da classe trabalhadora continuavam declinando, desde a era Thatcher. As meninas adolescentes

estavam engravidando e não tinham assistência, pois o auxílio às mães solteiras havia sido cortado por Tony Blair.

Na verdade, o que as pessoas sentiam era o aumento da pobreza com o avanço das políticas neoliberais ao mesmo tempo em que o sindicalismo se encontrava num período de refluxo e mutações com o fechamento de fábricas, instalação de plantas estrangeiras mais enxutas, especialmente as japonesas naquela região norte do país, queda dos salários e desemprego. E o *New Labour* dava o seu aval. Sob o ideário da terceira via e do chamado novo empreendedorismo - o qual era velho pois remontava a era Thatcher, apoiava a o modelo de reestruturação produtiva que levava à “desindustrialização” do país, concomitantemente à redução dos gastos públicos com as políticas assistencialistas e sociais.

Conforme demonstrei em minha pesquisa, em 2000, a Ford anunciou a decisão de fechar sua fábrica de carros em Dagenham, Essex, a maior e a mais antiga unidade produtiva da companhia na Europa, em operação por mais de 70 anos e transferir a produção para a Alemanha, onde a planta era mais flexível e com custos de produção menores que na Inglaterra. Outro exemplo foi a BMW que encerrou a produção na Rover, empresa que havia adquirido dez anos antes. A empresa já havia reduzido a produção em duas das mais importantes unidades produtivas da Rover. Em Cowley, perto de Oxford a produção de 2.200 carros/semana foi reduzida para 1.000 carros/semana e em Longbridge, Birmingham houve uma redução de 20 % na produção de carros.

Em protesto, o TGWU (*Transport and General Workers' Union*) convocou uma manifestação que reuniu cerca de 80 mil pessoas Longbridge. Segundo o secretário geral do TGWU, Bill Moris,

(...) foi a maior demonstração de protesto em Birmingham desde os anos [19]70 e o maior protesto da classe trabalhadora desde a greve dos mineiros durante o governo Thatcher (...); [era a] pior crise do trabalho no país desde os 18 anos do governo do Partido Conservador, quando se perdiam em média 4.600 postos de trabalho ao mês (PREVITALI, 2002, p. 94).

Destaca-se que, entre 1973 e 1986, cerca de 2,5 milhões de postos de trabalho foram perdidos no setor industrial inglês, significando mais que 30% dos empregos. Entre 1979 e 1986, houve o fechamento de 25% dos postos de trabalho no setor industrial na região sudeste da Inglaterra, 28% na região central e 34% na região norte, totalizando 140.000 demissões no período considerado.

Cumprir dizer que a região norte do país é onde havia maior concentração de atividades industriais, tendo sido berço da Revolução Industrial. Em 1979, aproximadamente 7 milhões de pessoas tinham emprego no setor industrial no país, número esse reduzido para 3,75 milhões em 1995.

A nova configuração do emprego, envolvendo a redução da classe trabalhadora tradicional e o declínio do sindicalismo que lhe dava suporte repercutiu fortemente na configuração do *Trade Union Congress* (TUC), formado em 1868. Houve uma redução dos sindicatos afiliados de 12,2 milhões em 1979 para 6,9 milhões em 1994 ao mesmo tempo que passaram a ser predominantemente de trabalhadores não manuais e pertencentes ao setor público.

No entanto, para o *New Labour*, assim como para os autores defensores do neoliberalismo, o crescimento do setor de serviços, juntamente com os investimentos em novas tecnologias compensaria o declínio do setor produtivo. Diante das greves e manifestações dos sindicatos, o chanceler do partido trabalhista, Gordon Brown, afirmou que o governo não poderia proteger as empresas frente a realidade econômica mundial do setor e esperava que as empresas aumentassem sua produtividade: “(...) nós sabemos que está havendo superprodução no mercado automotivo na Europa e devemos esperar por futuras reestruturações (...)” (PREVITALI, 2002, p. 96).

Era possível ter uma noção desse quadro social crítico (mas muito menos crítico que aquele que vivenciávamos no Brasil) também no cotidiano da vida na universidade. Nela, havia pouca gente trabalhando em funções de baixa qualificação como recepcionistas, secretarias, atendimento ao estudante, limpeza ou segurança patrimonial.

Os setores eram praticamente todos informatizados e o acesso se dava mediante senha individual. Era assim que entrávamos e saíamos do prédio, que entregávamos os livros na biblioteca, que tirávamos fotocópias de livros ou artigos, ou adentrávamos à sala de computadores. Aparentemente, tudo ágil e fácil. Mas, para além das aparências, o que havia de fato era um acúmulo de tarefas e intensificação do trabalho posto que as pessoas que permaneciam empregadas, normalmente em regimes de trabalho parcial, estavam sendo sobrecarregadas com a incorporação do trabalho “supérfluo”. A máquina substituiu o trabalho humano, reduzindo o contingente da força de trabalho empregada, gerando a intensificação e a precarização para os que permaneciam empregados. Estamos em 2020 e de lá para cá, vivencia-se, na Inglaterra e no mundo, o agravamento desse fenômeno.

Importa dizer que no período em que estagiei na Universidade de Manchester busquei aprofundar meus estudos teóricos. Diferentemente do que ocorria no Brasil, onde eu me dividia entre trabalho e estudos, em Manchester pude me dedicar totalmente aos estudos, inclusive da língua inglesa. Foi um período muito intenso de descobertas, experiências e reflexões que trouxe frutos valiosos a minha formação acadêmica e enquanto ser humano.

Retornei no segundo semestre de 2000 e, após reorganizar a minha vida doméstica, iniciei a pesquisa de campo e a escrita da tese. A minha hipótese central era que o processo de reestruturação produtiva trazia consigo novas formas de controle do trabalho as quais, essencialmente, buscavam a participação e o comprometimento do trabalhador/a para com as metas e objetivos da empresa. Ao desenvolver formas de cooptação do trabalho por meio do compromisso, a empresa almejava o controle sobre uma capacidade de produção subjetiva e sua aplicação no processo de inovação, com vistas ao aumento da produtividade e, em última instância, da valorização do capital.

O estudo de caso ocorreu ao longo de 2001. Observei que, se a introdução e difusão de inovações técnicas e/ou organizacionais no processo produtivo alteram as forças produtivas no modo de produção e reprodução social capitalista, as relações de trabalho também se impõem como elementos determinantes no processo de inovação na medida em que a escolha da inovação, bem como o momento de sua introdução estão intimamente relacionados à dinâmica das relações de classe na luta pelo controle do processo de trabalho.

O controle do trabalho, então, se faz necessário porque ele garante o caminho da produtividade, inibindo os tempos improdutivos para o capital e, portanto, garantindo a sua acumulação. Busquei demonstrar, através do estudo de caso na empresa Mercedes Benz, em duas de suas unidades produtivas, como estava se dando o processo de reestruturação produtivas via introdução, de uma forma mais ampla, do receituário toyotista. Eu buscava analisar as mudanças quanto à redefinição de relações contratuais, das profissões, das tarefas no local de trabalho e da jornada de trabalho sob o discurso gerencial das vantagens da flexibilidade e da multifuncionalidade, mas que, contrariamente, para os operários representavam um processo crescente de intensificação e desqualificação do trabalho e, no limite, de desemprego. De fato, a unidade produtiva de Campinas foi fechada logo após a minha defesa.

Nesse contexto, pude observar duas tendências diferentes no movimento sindical dos trabalhadores da empresa, dadas às suas trajetórias históricas, bem como às particularidades econômicas e sociais de onde estavam atuando, um no ABC paulista, em pleno processo de desindustrialização e outro no interior do estado, em Campinas. O sindicalismo da unidade produtiva localizada no ABC paulista adotava uma postura mais defensiva e de negociação quanto às mudanças introduzidas pela empresa no local de trabalho enquanto o sindicalismo da unidade produtiva localizada na região de Campinas destacava-se como uma corrente mais oposicionista e de enfrentamento, embora encontrando sérias dificuldades para manter-se hegemônica.

A defesa ocorreu em fevereiro de 2002. Eu estava grávida de 7 meses de minha primeira filha, Íria Maria. Considerei essa pesquisa crucial para meu desenvolvimento enquanto pesquisadora. Tive a oportunidade de publicar um artigo sobre os resultados dessa pesquisa na revista científica “Mediações” em 2006, cujo título foi “Controle e Resistência do Trabalho na Reestruturação Produtiva do Capitalismo Setor Automotivo”. Publiquei, ainda em 2006, um capítulo no livro “Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil”, vol. 1, sob a organização do Prof. Ricardo Antunes. Devo dizer que essa publicação foi motivo de grande satisfação para mim, pois tive o privilégio de participar da gestação da obra do âmbito do “Grupo de Pesquisa Metamorfozes no Mundo do Trabalho” coordenado pelo Prof. Ricardo.

A partir do doutorado, a análise das formas de controle do processo de trabalho e a ideologia da neutralidade da técnica foram se tornando cada vez mais centrais em minhas pesquisas.

2 – A Docência no Ensino Superior

Em abril de 2002 Íria nasceu. Nessa altura, eu era professora de Sociologia no ensino superior privado na região do interior de São Paulo e percorria semanalmente aproximadamente 1000 km indo a Votuporanga, Catanduva e Itú. Em fins de 2002, submeti um projeto de pesquisa ao CNPq, pleiteando bolsa na modalidade Recém-Doutor, RD-2F, programa hoje extinto, para ser desenvolvido na FCL - UNESP/Araraquara, onde havia me formado, junto ao departamento de sociologia no período de 01 de outubro de 2003 a 30 de setembro de 2004. Comecei no dia 01 de outubro de 2003 e fui apresentada aos colegas pela Profa. Maria Orlanda Pinassi, uma pessoa extremamente gentil e solidária, por quem nutro grande respeito. Foi nesse período

que organizei meu primeiro grupo de estudos, reunindo estudantes do curso da graduação para leituras sobre reestruturação produtiva do capital e trabalho em Marx. Inspirava-me nas experiências que havia tido no DPCT com a Profa. Leda e, especialmente, com o Prof. Ricardo Antunes no “Grupo de Pesquisa Metamorfoses do Mundo do Trabalho”.

Nesse período, fiquei grávida de minha segunda filha, Lara Maria. Em meio as aulas, as orientações no grupo de pesquisa e a gravidez, eu vinha participando das assembleias docentes e dos técnico-administrativos na FCL por reajuste de salários e mais verbas para as universidades. Destaca-se que o reajuste para 2004 tinha sido zero. Era a primeira vez que participava da mobilização como docente. Em maio de 2004, após várias discussões e análises, a FCL/UNESP decidiu, em assembleia, por deflagrar a greve por tempo indeterminado, em ação conjunta com a UNICAMP e a Universidade de São Paulo (USP).

Com mais de sessenta dias a greve foi suspensa em 29 de julho de 2004, após assembleia do Fórum das Seis, entidade que representava os sindicatos, com parte das reivindicações atendidas. Voltamos à sala de aula e seguimos com um plano de reposição com os/as estudantes. Eu me encontrava no sétimo mês de gravidez, conduzindo as aulas e a pesquisa na FCL quando, após oito anos sem concurso público devido às políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), submeti-me ao concurso público para uma vaga para professor efetivo no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em Uberlândia, estado de Minas Gerais e passei em primeiro lugar. Tomei posse no cargo de professora adjunto, Nível 1 em 19 de agosto de 2004.

2.1 – As Atividades como Docente na Universidade Federal De Uberlândia (UFU): Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão

Mudei-me definitivamente com minha família para Uberlândia em fevereiro de 2005. Minha segunda filha, Lara contava com 4 meses. Não foi uma decisão fácil. Cílon, meu esposo, era professor de biologia, recentemente concursado na rede pública estadual e nossa decisão implicou em seu pedido de exoneração. Naquele momento, foi a decisão que nos pareceu mais acertada dado que as meninas ainda eram muito pequenas e meu salário, assim como as condições de trabalho no ensino superior público eram melhores. Ademais, Uberlândia, cidade maior que Piracicaba, parecia ser mais atrativa para as condições de vida e oportunidades trabalho na área da educação.

No entanto, nossas expectativas não foram atendidas. Na verdade, tivemos dificuldades de adaptação. Uberlândia pode ser maior em termos quantitativos, mas mostrou-se fortemente avessa e preconceituosa quanto aos “que vêm de fora”.

Enquanto íamos buscando construir nossas vidas na nova realidade, fui desenvolvendo o meu trabalho no Departamento de Ciência Sociais (DECIS), da Faculdade de Artes da Filosofia e Ciências Sociais (FAFCS). Inicialmente busquei envolver-me com as atividades de ensino e pesquisa sobre as quais já tinha alguma experiência. Posteriormente, dediquei-me também à extensão e à gestão. O DECIS era um departamento relativamente pequeno, com um corpo docente composto por 12 professores/as, dentre os quais destaco o coleguismo de Alessandra, hoje na UFF, Elisabeth (Beth), Eliane, Sandra Leila, Micheloto (*in memorian*), João Marcos e Mônica. Lembro ainda meu amigo Aldo Durán Gil que chegou ao departamento logo em seguida e permanece ainda hoje. O então departamento se transformou em Instituto e Ciências Sociais (INCIS) num processo de desmembramento da FAFCS que terminou em 2011. Atualmente, o INCIS conta com 24 docentes, dentre os quais lembro Cristiane, Eliane, Márcio, Luciano, António Petean, Diego e Moacir, pela convivência respeitosa e solidária.

2.1.1 - O Ensino

O ensino é uma atividade muito gratificante porque, diferentemente da pesquisa, mais introspectiva e solitária, implica na interação com os/as estudantes em tempo real, o que leva à discussões imprevistas e estimulantes. Num movimento contínuo, de idas e vindas a cada curso ou mesmo cada aula, somos obrigados a rever o plano inicial, o conteúdo, os exemplos dados, portanto, somos impelidos à novas pesquisas. Nesse processo eu aprendi muito com todos/as os/as estudantes e sou devedora a eles/elas a minha formação em sala de aula.

Eu iniciei como professora na UFU no segundo semestre de 2004. Até os dias atuais ministrei disciplinas na graduação em vários cursos como Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Educação Física, Ciências Agrônômicas, Ciências Contábeis, Pedagogia e Administração neste dois últimos, presencial e a distância, são elas: *Evolução das Ideias Sociais, Trabalho e Identidade nas Sociedades Contemporâneas, Sociologia, Metodologia de Ensino Ciências Sociais (MECS), Projetos Integrados em Pesquisa Educacional (PIPE), Estágio Supervisionado, Orientação de Monografia, Sociologia do*

Esporte, História da Educação II, Sociologia da Educação I, Trabalho de Conclusão de Curso, Organizações e Sociedade, Sociologia Organizacional, Ciência Política e Sociologia da Educação II.

No curso de Ciências Sociais, devo dizer que tive uma experiência muito gratificante com as disciplinas MECS E PIPE. Enquanto MECS trata da formação do/da professor/a em ciências sociais para atuação na educação básica, envolvendo uma discussão sobre os sistemas educacionais e a legislação sequencialmente, de I a IV, PIPE diz respeito à projetos de natureza interdisciplinar desenvolvidos pelos estudantes tendo como objeto a realidade escolar da educação básica. As disciplinas eram ministradas conjuntamente. Eu propunha em MECS uma discussão sobre trabalho e educação e trabalho docente, a partir de F. Fernandes, D. Saviani, J. L. Sanfelice, I. Mészáros, R. Antunes, M. Enguita e M. Pistrak. Quanto aos projetos procurava orientar trabalhos empíricos que tivessem como foco as realidades escolares. Destaco que fiquei muito contente com a avaliação positiva da turma de 2017 sobre essas disciplinas. Ministrei ainda disciplinas optativas, como *Sociologia das Relações Agrárias* no primeiro semestre de 2010 e a disciplina *Sociologia*, de ementa aberta, na qual busquei o enfoque da sociologia do trabalho, em 2019, primeiro semestre.

Dentre as disciplinas que ministrei nos cursos de graduação exceto o de Ciências Sociais, *Sociedade e Organizações* foi a que mais gostei pois mostrou-se um grande desafio e aprendizado. Pude ir percebendo, ao longo dos anos, como melhor desenvolver as discussões sobre o mundo do trabalho para um público jovem e que estava ali, em sua grande maioria, para aprender a “montar seu próprio negócio”.

Num curso aparentemente adverso às discussões sociológicas acerca do trabalho sob a égide do capital, encontrei estudantes interessados/as na proposta das leituras de K. Marx, H. Braverman e Ricardo Antunes. Sempre utilizei filmes nos meus cursos, mas neste, tive a oportunidade de criar um programa diferente no qual o filme trazia a discussão teórica. Foi uma experiência bastante estimulante, fruto da relação longa que tive com a disciplina, entre os anos 2014 e 2018, ao longo dos dois semestres. Era ainda mais gratificante quando alunos e alunas me procuravam para orientação de trabalho de final de curso (TCC) ou Iniciação Científica. Lecionei também no curso de Pedagogia à Distância, as disciplinas *Sociologia da Educação I e II* e no curso de Administração Pública à Distância, com a disciplina *Sociologia Organizacional*.

As disciplinas ministradas na graduação e a interação os/as estudantes possibilitaram as orientações de monografias, trabalhos de final de curso (TCC), de iniciação científicas (IC) e também de extensão em estreita relação com os projetos de pesquisa e de extensão em desenvolvimento no âmbito do Grupo de Pesquisa Trabalho Educação e Sociedade (GPTES), sobre o qual falarei mais à frente neste Memorial.

Em 2008 ingressei no Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação (PPGED/FCED) da UFU a convite de meu amigo, da época do doutorado na UNICAMP, eu no IFCH e ele na Faculdade de Educação (FE), Carlos Lucena, por quem tenho consideração, carinho e amizade. Iniciei na Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação. Em seguida, em 2010, no bojo do processo de reformulação das linhas de pesquisa do programa, participei da criação, juntamente com os professores Carlos, Robson e Antônio Bosco da “Linha de Pesquisa Trabalho, Sociedade e Educação” (TSE) na qual me encontro até hoje.

Minha primeira disciplina no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), *Trabalho, Educação e Cidadania*, foi no primeiro semestre de 2009, cujo objetivo foi problematizar, a partir da centralidade do trabalho, as relações de produção no capitalismo contemporâneo e as práticas educacionais, bem como pelas lutas dos movimentos sociais. Em 2015 ministrei a disciplina *Trabalho, Educação e Meio Rural* com foco no agronegócio e nos movimentos sociais do campo. Em 2017 ministrei *Tópicos Especiais em Trabalho, Sociedade e Educação II*, cujo programa eu elaborei. Em 2018, no primeiro semestre, ministrei, juntamente com colegas do programa, a disciplina *Tópicos Especiais em Trabalho, Sociedade e Educação I: O golpe e a crise da democracia brasileira*. Essa disciplina foi proposta por Carlos Lucena que havia organizado, juntamente comigo e Lourdes Lucena a coletânea *Crise da Democracia Brasileira*, no qual eu colaborei com um capítulo, cujo título é “Estado de Bem-estar Social, Neoliberalismo e Estado Gestor: aproximações globais”. Tendo como referência o livro, a disciplina teve o objetivo de responder teoricamente ao recente impedimento da presidenta Dilma Rousseff em dar continuidade ao seu mandato.

Em 2010 começou a funcionar o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS). Eu havia participado das reuniões para a construção do projeto de criação, aprovado pela CAPES em 2009 e passei a integrar o corpo docente como professora titular, ministrando a disciplina *Métodos e Técnicas de Pesquisa* no primeiro semestre de 2010. Ministrei ainda a disciplina *Teoria Sociológica Contemporânea*, juntamente com a Profa. Elisabeth e o Prof. Aldo no segundo semestre de 2016, quando foi deflagrada a

greve da categoria docente nas IFES. Em 2018, primeiro semestre, ministrei novamente a disciplina *Métodos e Técnicas de Pesquisa*. As disciplinas na pós-graduação incluem ainda as atividades programadas e as de orientação dos/as estudantes.

Em 2015 fui convidada pelo Prof. Antônio Cláudio da FACED/UFU a integrar o corpo docente do Curso de Especialização “Educação do Campo” que ele estava coordenando. Fiquei bastante contente e aceitei prontamente a proposta que implicava em planejar e ministrar duas disciplinas anuais: *História e lutas pela Educação do campo* em 2015 e *Pesquisa em Educação do campo: subsídios teóricos e metodológicos para a construção de um Projeto de Intervenção local* em 2016. Ambas eram ministradas aos sábados para estudantes que haviam feito curso de graduação e desejavam uma especialização na educação do campo e também para lideranças dos movimentos sociais ligados à luta pela reforma agrária, incluindo-se assentados e acampados.

2.1.2 - A Pesquisa

Enquanto ministrava as aulas busquei também desenvolver a pesquisa. O primeiro passo foi organizar um grupo de estudos com os estudantes dos cursos em que eu ministrava aulas ainda em 2004. Comecei com dois estudantes do curso de Ciências Sociais, Andréia de Faria Farina e Igor Storti. Iniciamos nos reunindo quinzenalmente e fazendo as leituras de Karl Marx, Harry Braverman e Ricardo Antunes que eram a fundamentação teórico-metodológica para a construção dos projetos de iniciação científica e de monografia de final de curso. Concomitantemente eu buscava conhecer melhor a cidade quanto aos seus aspectos socioeconômicos, de forma a pensar as mudanças no mundo do trabalho local, articulado com as mutações mundiais.

A cidade possuía – e ainda possui - uma economia fortemente voltada à agroindústria e ao setor de serviços a ela vinculado. Nos causou curiosidade a presença de uma empresa internacional produtora de cigarros, a Souza Cruz, que, por sua vez, estava em processo de reestruturação dado a sua aquisição pela *British Company*, de capital britânico. Propus ao grupo que buscássemos em analisar esse movimento, com destaque para as mudanças no chão de fábrica e sobre as formas de resistência dos trabalhadores/as.

Iniciamos a pesquisa exploratória ainda em 2004. Em 2005 submeti o projeto de pesquisa: “A Reestruturação Produtiva no Brasil e as Mudanças no Mundo do Trabalho: o caso do setor de cigarros” a um edital de apoio a jovens doutores da Pró-reitoria de

Pesquisa e Pós-graduação da Universidade (PEP/PROPP/UFU) e fui contemplada. O projeto teve duração de dois anos (2006-2007).

A pesquisa consistia em estudo empírico, realizado na Souza Cruz, empresa de cigarros localizada em Uberlândia/MG, sobre as novas formas de controle e organização do trabalho que estavam sendo implementadas em função da introdução/difusão das novas tecnologias de informação e os impactos sobre os trabalhadores/as e o movimento sindical.

A hipótese central era que esse processo engendrava novos mecanismos de resistência desenvolvidos pelos trabalhadores/as no local de trabalho. Objetivou-se verificar como as formas coletivas de representação dos trabalhadores, tais como: sindicatos locais e comissões de fábrica se colocavam frente ao processo de reestruturação produtiva do capital em geral e do setor fumageiro em particular. No bojo dessa pesquisa, Andreia obteve uma bolsa de Iniciação Científica com foco na análise das resistências à introdução das equipes multifuncionais no chão de fábrica que posteriormente. Posteriormente, esse trabalho resultou em sua monografia de final de curso. Foram os primeiros trabalhos que orientei o que me deixou bastante satisfeita.

Em 2007 o grupo de estudos já contava com mais estudantes e tornou-se “Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade” (GPTES), vinculado ao Diretório de Grupos do CNPq. Atualmente é um espaço interdisciplinar de discussão e debate entre pesquisadores/as e estudantes de graduação e de pós-graduação em atividades de pesquisa, ensino e extensão fundadas no pressuposto da centralidade do trabalho como elemento fundante da sociabilidade humana e enquanto processo educativo da sociabilidade.

Nesse sentido, as atividades realizadas buscam problematizar as formas pelas quais a reestruturação produtiva do capital impõe novos desafios à classe-que-vive-do-trabalho na construção de uma identidade de classe que se coloque como prática política alternativa ao capitalismo. O grupo possui um endereço virtual, qual seja: www.gptes.incis.ufu.br, no qual estão disponibilizadas as atividades realizadas.

Em 2008, dando continuidade às análises em torno da indústria do cigarro, submeti o projeto de pesquisa: “Reestruturação Produtiva, trabalho e sindicalismo: no Triângulo Mineiro/MG (1990-2008)” à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), Edital 01/2008, Demanda Universal, Processo N. APQ-01097-08, e fui contemplada com apoio financeiro e bolsa de iniciação científica. Com o apoio, pudemos ampliar o escopo da pesquisa de forma a problematizar as relações

interfirmas entre a empresa de cigarros e os seus fornecedores agrícolas, produtores da folha do fumo, localizados no estado do Rio Grande do Sul.

Assim, além da Andréia, que continuou suas pesquisas no GPTES agora na qualidade de mestranda na FCL/UNESP, e Igor, que estudava a resposta sindical às mudanças da empresa em Uberlândia, outros estudantes passaram a integrar o grupo de pesquisa. Destaco os trabalhos de Hinuany, que analisou, com bolsa de Iniciação Científica no âmbito do projeto aprovado, os pequenos produtores de fumo em Cachoeirinha do Sul no Rio Grande do Sul, Gustavo, também bolsista de Iniciação Científica e pertencente ao curso de graduação em Direito, que analisou a flexibilização das leis trabalhistas.

Os resultados da pesquisa também foram sendo publicados. Em dezembro de 2009 tive a oportunidade de publicar o artigo “O Controle do Trabalho pelo Discurso da Qualificação do Trabalhador no Contexto da Reestruturação Produtiva do Capital” na *Revista Publicatio da UEPG*, Ponta Grossa (p. 141-155). Nesse artigo tomo como referência do ponto de vista histórico-social a via de acumulação taylorista-fordista (1930 – 1970) e a via da acumulação flexível a partir dos anos 1980, para problematizar a relação trabalho e educação, em particular o discurso da necessidade da (re)qualificação profissional reiteradamente posto em causa pela classe burguesa por conta do avanço tecnológico. Faço uma crítica aos autores neoschumpeterianos como Carlota Perez e Milton Frieman acerca da tese da neutralidade da técnica e da subordinação da dinâmica social e política à sua determinação. Argumento que, enquanto a educação é um processo amplo e imbricado ao trabalho no sentido da humanização, a qualificação da classe trabalhadora é temporal e restrita aos interesses da produção do valor. Assim, historicamente, o capital se apropria dos saberes da classe-que-vive-do-trabalho, aplicando-o, enquanto técnica, à produção de mercadorias, resultando em um constante processo de desqualificação profissional e intensificação do trabalho e, “portanto, a necessidade da constante reorganização do processo produtivo ocorre justamente como necessidade de combater a resistência dos trabalhadores ao controle e à racionalização”. (p. 150)

Em 2011, participei da organização da coletânea, “O Controle do Trabalho no Contexto da Reestruturação Produtiva do Capital”, na qual também colaborei com um capítulo no qual busco discutir as novas formas de controle do trabalho no âmbito da difusão do toyotismo. Em 2012, publiquei o artigo “Globalização, Relações Interfirmas e Trabalho no Século XXI” na “Revista História & Perspectivas”. Nele, busco refutar a

tese liberal segundo a qual a globalização econômica e tecnológica a partir dos anos 1990 representa ganhos globais para todas as nações. Em nossas análises desenvolvemos a tese contrária, isto é, que a globalização é inerente ao capitalismo na sua necessidade imperativa de expansão e acumulação e, portanto, de exploração vantajosa do trabalho e do meio ambiente. Assim, a globalização em voga representa uma nova fase da acumulação no âmbito da divisão internacional do trabalho, envolvendo novas formas de controle e coordenação entre as cadeias produtivas globais e entre estas e o Estado-Nação.

Destaco ainda a publicação, em co-autoria com Andréia, minha orientanda desde a graduação, do capítulo “Reestruturação Produtiva, Relações Interfirmas e Trabalho no Setor Fumageiro no Brasil” no livro *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*, vol. 2, em 2013, organizado pelo Prof. Ricardo Antunes no âmbito do grupo de pesquisa por ele coordenado. O artigo apresenta resultados da pesquisa no setor fumageiro e problematiza a introdução do trabalho em equipe ou “times”, no vocabulário da empresa, no chão de fábrica da empresa fabricante de cigarros e os impactos nos/as trabalhadores/as. Mostramos que quesitos subjetivos e comportamentais, tais como: saber trabalhar em grupo, ter iniciativa, ser participativo ser responsável e ter liderança, passaram a ter prioridade em detrimento da experiência profissional no acesso e garantia do emprego, tornando-se “ferramentas de gestão” em mãos da gerência, fundamentais para assegurar a disciplina e o comprometimento do trabalhador no local de trabalho e também fora dele. O novo controle assenta-se na participação e no envolvimento do trabalhador para com os objetivos da empresa, pois,

(...) as empresas observaram que boa parte do processo de inovação no trabalho, em particular as inovações incrementais, depende da participação do trabalhador direto. Quanto mais envolvido o trabalhador estiver, maior a possibilidade de ocorrerem pequenas mudanças operacionais que terão impacto significativo na redução dos custos e eficiência do processo produtivo. (p. 248).

As pesquisas sobre o setor fumageiro me despertaram novamente para a questão agrária no Brasil em geral e na região do Triângulo Mineiro e particular, onde se encontra Uberlândia, envolvendo-me particularmente com os movimentos de luta pela reforma agrária. Saltava aos olhos o avanço do agronegócio vinculado ao plantio da cana-de-açúcar para produção do etanol na região, assim como a instalação crescente de usinas

sucroalcooleiras. Ao mesmo tempo, proliferavam-se as ocupações e a luta pela reforma agrária.

Nesse contexto, ao mesmo tempo que finalizava os estudos sobre o setor fumageiro, eu começava a desenhar uma nova pesquisa, agora com foco sobre o setor sucroalcooleiro. Assim, em 2009, submeti novo projeto de pesquisa à FAPEMIG, com o título “Reestruturação Produtiva, Trabalho e Educação: um estudo do setor agroindustrial sucroalcooleiro na Região do Triângulo Mineiro a partir da década de 1990”, Edital 07/2009, na modalidade de apoio à Grupos de Pesquisa Emergentes e tive a oportunidade de ter a aprovação, sob o Processo N. APQ-02923-09.

No ano seguinte, 2010, submeti esse projeto de pesquisa, com pequenas variações concernentes ao recorte temporal ao CNPq, Edital MCT/CNPq 10/2010, modalidade Apoio Técnico, Nível Superior, sob o título “Reestruturação Produtiva, Trabalho e Educação: um estudo do setor agroindustrial sucroalcooleiro na Região do Triângulo Mineiro (2010-2012)”. Era um edital específico para apoiar projetos de pesquisa com bolsas para estudantes já graduados e/ou em nível de pós-graduação. Eu obtive êxito, sendo contemplada com uma bolsa de pesquisa em nível de graduado a qual ficou com o estudante Pablo que estava iniciando o mestrado em Ciências Sociais sob minha orientação, mas sem bolsa, pois o programa, em sua fase inicial, só teve alocada uma bolsa de estudos.

Nessa fase a pesquisa envolvia, além dos/as estudantes em nível graduação, os/as meus/minhas orientandos/as em nível de pós-graduação do PPGED e do PPGCS. Teve início também nesse período uma estreita colaboração com o “Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo (GEPEC)”, coordenado pelo Prof. Luiz Bezerra da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Isso porque o objetivo da pesquisa foi problematizar as bases históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais da agroindústria na Região do Triângulo Mineiro, particularmente a expansão do setor sucroalcooleiro a partir da década de 1990, tendo como parâmetro comparativo as regiões de Campinas e Ribeirão Preto, localizadas no interior do estado de São Paulo com especial atenção para a problemática da mudança tecnológica e impactos na classe trabalhadora no que se referia a organização e gestão da força de trabalho, demandas de qualificação profissional, perfil e estrutura do emprego.

Como resultado da pesquisa, pôde-se ter diagnóstico do processo de reestruturação no setor, envolvendo relações interfirmas horizontalizadas e deslocamento geográfico-espaçial com impactos significativos nas populações locais que, sob o

emprego migrante sazonal e ausência de políticas públicas direcionadas a esse contingente populacional tem-se o agravamento das condições da precarização dessa força de trabalho, de baixa qualificação e mesmo sem escolaridade, contribuindo para a formação de bolsões de pobreza nas cidades do Triângulo Mineiro.

Independente das oscilações das safras de 1990 até o momento, o plantio da cana-de-açúcar e a produção de seus derivados ainda se matam em um patamar de extrema relevância para os produtores locais como para os governos tanto federal, quanto estadual à custa da exploração dessa força de trabalho e também em desatenção às questões ambientais.

O avanço da agroindústria fundada na monocultura tem ameaçado grande parte dos pequenos proprietários rurais que muitas vezes se veem obrigados a arrendar suas terras para os grandes latifundiários. Ao mesmo tempo, observa-se o avanço para o bioma do cerrado. O crescimento do setor sucroalcooleiro ocorrido na região do Triângulo Mineiro tem sido capitaneado por grupos empresariais originados, sobretudo, do estado de São Paulo e Nordeste, bem como por um processo crescente de fusões e aquisições que estão implicando na internacionalização do setor.

Verificou-se que os trabalhadores da cana provêm fundamentalmente da região Nordeste do Brasil, principalmente dos estados de Alagoas, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Bahia. Eles vêm de regiões com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, muitos deles já eram camponeses e o trabalho em canaviais são a única alternativa para o sustento da família, que permanece no campo.

A pesquisa evidenciou que os investimentos em tecnologia no setor não estavam se traduzindo em melhorias das condições de trabalho e de vida da grande maioria dos trabalhadores/as envolvidos/as no processo produtivo. Pelo contrário, houve intensificação do grau de exploração do trabalho, do caráter sazonal de sua atividade e, ainda, da utilização de força de trabalho migrante. Estas condições refletiram negativamente na capacidade representativa, de mobilização e de intervenção do sindicato dos trabalhadores rurais na busca por garantir, minimamente, a aplicação da legislação que resguarde a saúde do trabalhador e a valorização do trabalho.

No caso particular estudado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG e também do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piracicaba e Saltinho no interior de São Paulo, os objetivos circunscrevem-se no âmbito dos caminhos da legalidade, apesar, de haver um reconhecimento dos limites desses caminhos em sua atuação local e na apreciação do movimento sindical nacional.

Em 2011, com o término do projeto, rerepresentei-o novamente à FAPEMIG de forma a dar continuidade à pesquisa, sendo mais uma vez contemplada, por mais dois anos (2011-2013), no âmbito do Programa Pesquisador Mineiro (PPM V), PPM-00096-11, edital que apoia, na forma de *grants*, pesquisadores de destaque em suas áreas de atuação no estado de Minas Gerais. O projeto foi aprovado ainda no âmbito do PPM em 2013. Em 2012 o projeto foi submetido também ao CNPq, Chamada Pública MCT/CNPq - N ° 14/2012 tendo sido aprovado para o período (2012-2014).

As pesquisas sobre a agroindústria sucroalcooleira e as mudanças no trabalho e educação desenvolvidos no período 2009 a 2014 envolveram orientações nível de graduação, com destaque para os trabalhos de TCC de Gabriela Perez sobre o sindicalismo rural, de iniciação científica de Lourenço, sobre o trabalho e qualificação profissional, Matheus o sindicalismo rural, Thiago Cunha sobre o agronegócio e o meio ambiente. Foram defendidas ainda orientações em nível de mestrado e doutorado com destaque para o trabalho de Ana Cecília que analisou a educação do campo no contexto da expansão da agroindústria sucroalcooleira e cujos resultados foram publicados na revista *Histedbr on-line* n. 44, (p. 76-91) em 2011.

Destaco ainda a publicação do artigo “Trabajo y Reestructuración Productiva en el Complejo Agroindustrial Productor de Azúcar e Alcohol em Brasil” como capítulo no livro “*Capital, Trabajo y Noeva Organización Obrera*”, no México, organizado pelos professores/as Estela Garza, Adrián Sotelo Valencia e Dídimo Fernández, a convite de Adrián Sotelo Valencia. Em 2012, com apoio da Fapemig e CNPq, pude organizar meu primeiro livro, “Trabalho, Educação e Reestruturação Produtiva”, pela Editora Xamã, reunindo os resultados das pesquisas conduzida no âmbito do GPTES e de pesquisadores com os quais estávamos dialogando como Prof. Ricardo Antunes (UNICAMP) e Prof. Manuel Nelito (UFScar).

Em 2013 ainda com apoio das agências, organizei o segundo livro no âmbito do GPTES, “Novos Contornos de Trabalho, Educação e Alienação no Século XXI também pela Editora Xamã. Também em 2013, tive a satisfação de publicar o artigo “Ethanol workers in Brazil: the other side of wealth”, no periódico internacional *Workers of the World*, vol. I, n. 3, no qual problematizamos sobre a introdução da tecnologia no setor e do trabalho migrante.

Importa enfatizar o quão importante é para os/as pesquisadores/as o apoio regular às pesquisas pois a ciência necessita de tempo e recursos para o seu desenvolvimento. Após o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) as pesquisas, seja no estado

de Minas Gerais, seja em âmbito nacional estiveram em boa fase. A FAPEMIG estava passando por um processo de reestruturação e apoiando de forma mais sistematizada os/as pesquisadores/as através de editais universais e de demanda induzida. Desde 2006 os governos estaduais (PSDB e PT) repassavam à agência o seu orçamento integral, garantido pela Constituição Estadual, o que equivale a 1% da receita orçamentária corrente o que possibilitou maior contratação de projetos financiados.

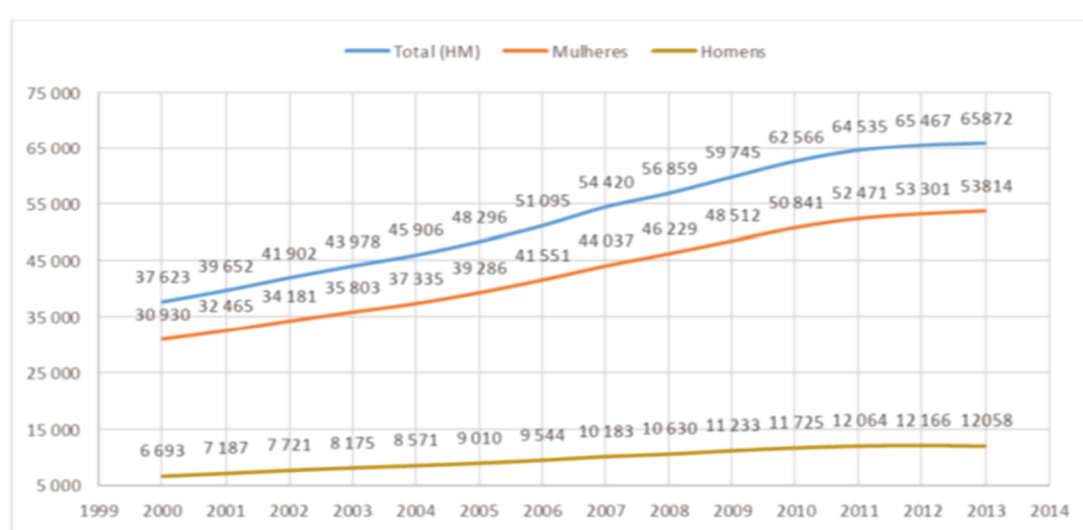
É trágico ver agora a FAPEMIG sem recursos por conta do não repasse de verbas do governador Zema, do partido NOVO, implicando na descontinuidade e mesmo encerramento da pesquisa científica em nível de graduação e pós-graduação com impactos negativos do ponto de vista socioeconômico, educacional, culturais, ambiental e na área da saúde, bem como na formação de recursos humanos altamente qualificados. Em nível nacional o CNPq e a Capes também tiveram redução de recursos destinados aos/as pesquisadores/as e às universidades, no contexto da PEC do teto dos gastos públicos sob o governo Temer (2016-2017) e, de maneira ainda mais profunda, sob o governo de Bolsonaro, comprometendo significativamente as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em 2013 fui privilegiada com a liberação para o pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa, em Lisboa, Portugal, junto ao “Grupo de Estudos Globais sobre Trabalho e Conflitos Sociais”, sob a supervisão de Raquel Varela. Cílson, que agora fazia doutorado em Educação no PPGED/FACED, foi também contemplado com bolsa na modalidade doutorado-sanduiche. Fomos para Portugal, juntamente com as meninas, e lá permanecemos por um ano, no período 1 de setembro de 2013 a 31 de agosto de 2014, com apoio da CAPES. Ter voltado à Europa depois de 13 anos foi gratificante e ter morado em Portugal, terra de minha avó materna que migrou para o Brasil quando criança, foi uma experiência excepcional. Moramos em Lisboa, no bairro de Benfica, onde alugamos o apartamento de Paula e Tomané, um casal muito simpático e caloroso, com quem pudemos desfrutar de momentos alegres e prazerosos.

Meu projeto de pesquisa “Reestruturação Produtiva e Trabalho no Século XXI: uma perspectiva comparativa de análise entre Brasil e Portugal” teve como objetivo analisar o processo de reestruturação produtiva em Portugal no bojo das políticas neoliberais, tendo como foco o controle da força de trabalho mediante estratégias de terceirização e subcontratação do trabalho e os impactos sobre a subjetividade dos trabalhadores/as bem como de suas formas de representação nessas primeiras décadas do século XXI.

Raquel Varela, minha supervisora, sugeriu-me pensar o caso dos/as trabalhadores/as da enfermagem, o que me oportunizou conhecer com detalhe o sistema de saúde português. A pesquisa foi realizada mediante análise de documentos do setor de saúde pública português e entrevistas junto ao sindicato dos trabalhadores/as em enfermagem de Portugal. Observei que a enfermagem constituía um grupo profissional fortemente visado pelas reestruturações ocorridas no setor da saúde e possuía um elevado índice de feminização em Portugal, sendo que havia 65.872 enfermeiros na ativa, dos quais 53.814 mulheres (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução dos Enfermeiros Ativos por Gênero (2000-2014)



Fonte Original: Ordem dos Enfermeiros (2013)¹.

Fonte: Previtali (2015).

Apesar desse quantitativo, o número de enfermeiros na ativa era insuficiente para atender toda a rede de saúde portuguesa². O número de enfermeiros por 1000 habitantes em Portugal era de 6,23, inferior ao da OCDE que era de 8,6³. Destacou-se ainda que o emprego do trabalho feminino no mundo produtivo no país ocorria sem que fosse alterada de forma significativa a organização da família patriarcal em que as tarefas domésticas e o cuidado com continuam reservados quase exclusivamente à mulher, confirmando a divisão sexual desigual do trabalho.

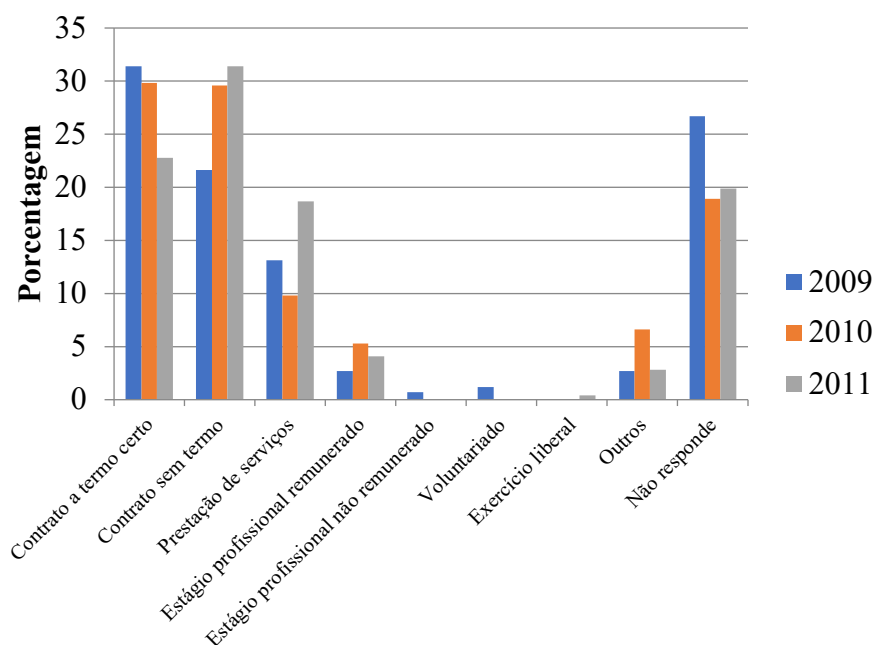
¹ ORDEM DOS ENFERMEIROS (OE). Dados Estatísticos. 2013. Disponível em: <http://www.ordemenfermeiros.pt/membros/DadosEstatisticos/2013/files/assets/basic-html/page1.html>. Acesso: 10 de fev. 2014.

² Entrevista realizada junto ao Sindicato dos Enfermeiros de Portugal (SEP), 09/01/2014.

³ OE (2013). Op. cit.

A precarização nas relações laborais e intensificação do trabalho da categoria puderam ser constatadas no aumento da carga horária de trabalho de 35 horas/semanais para 40 horas/semanais, no crescimento das jornadas flexíveis, na redução dos salários, na instabilidade em função do aumento dos contratos a termo e redução no pagamento e do trabalho extraordinário. Entre os anos 2009 e 2011 houve um incremento nas modalidades de contratos flexíveis e precários com o aumento dos contratos a termo e do exercício liberal da profissão em 2011 (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Porcentagem de Enfermeiros por Vínculo Laboral em Portugal (2009 – 2011)



Fonte Original: OE (2011)⁴.

Fonte: Previtali (2015).

⁴ ORDEM DOS ENFERMEIROS (OE). Situação Profissional dos Jovens Enfermeiros. 2011. Disponível: http://www.ordemenfermeiros.pt/documentosoficiais/Documents/Situacao_Profissional_Jovens_Enfermeiros_2011.pdf. Acesso: 10 de fev. 2014.

Somava-se a esse quadro a degradação dos serviços públicos prestados à população por falta de meios humanos e materiais. Um exemplo foi o caso dos diretores de serviço do Hospital Garcia de Orta, em Almada, que subscreveram um documento no qual são relatadas situações graves na instituição, como o adiamento de cirurgias, consultas e exames por falta de profissionais e equipamentos ultrapassados⁵.

A pesquisa chamou a atenção para os/as jovens enfermeiros/as⁶, os/as quais tinham significativas dificuldades para encontrar empregos no país, levando-os/as à imigração. Cerca de 3.000 a 3.500 enfermeiros/as eram licenciados/as por ano e o equivalente a um terço deste número emigrava, em especial para o Reino Unido⁷. Neste quadro, o Estado despendia significativos investimentos em qualificação superior da força de trabalho, a qual iria gerar rendimentos em outros locais. Essa parecia ser a forma que a burguesia portuguesa encontrou para se posicionar na divisão do trabalho na Europa: fornecedora de trabalho qualificado para ser explorado pelo capital além-mar, contribuindo assim, para a precarização e cisão da classe trabalhadora.

O debate teórico em torno da qualificação profissional no âmbito dessa pesquisa deu origem ao artigo científico, “*Deskilling and degradation of labour in contemporary capitalism: the continuing relevance of Braverman*”, publicado na revista “*Work Organisation, Labour and Globalisation*” em 2015, no qual retomo mais uma vez as teses de Braverman em sua obra “Trabalho e Capital Monopolista” para demonstrar como a essência do controle permanece sob um discurso ideológico que enfatiza a qualificação e a escolarização para a realização de um trabalho mais intelectual e menos manual, fundado na tecnologia informacional. Busco demonstrar, apoiando-me ainda em Antunes (2000), que no capitalismo do século XXI, a classe trabalhadora se amplia e se complexifica e a tendência à desqualificação e à degradação do trabalho não somente se mantém como se expande e se aprofunda, respaldada por políticas de flexibilização e de desregulamentação do trabalho. Tive a oportunidade de publicar também na revista “Rubra”, n. 20, em outubro de 2014, esta voltada mais ao público em geral.

⁵ 42 DIRETORES DE SERVIÇO DO HOSPITAL GARCIA DE ORTA. Disponível em: <http://www.empregosaude.pt/blog/> 30/07/2014. Acesso: 30. Jul. 2014.

⁶ Jovens enfermeiros são os recém-formados, com idade inferior a 30 anos. Consultar Ordem dos Enfermeiros, 2010.

⁷ PORTUGAL É O SEGUNDO PAÍS DA EUROPA COM MAIOR NÚMERO DE EMIGRANTES. 21/03/2014. Disponível: <http://www.mundoportugues.org/content/1/11990/portugal-segundo-pais-europa-com-maior-numero-emigrantes/> Acesso: 26/03/2014.

Ainda no bojo de minhas atividades em Portugal, na UNL, participei da organização do Seminário Luso-Brasileiro envolvendo o GPTES/UFU e o Grupo de Estudos Globais sobre Trabalho e Conflitos Sociais cujo objetivo foi discutir as pesquisas em andamento com vistas a desenvolver novas abordagens e perspectivas. Desse seminário resultou o e-book, “Trabalho, Educação e Conflitos Sociais Globais”, publicado em 2015, organizado por mim, Raquel Varela, Gúlia Strippoli e Cílon Fagiani no qual apresento o capítulo “Relações Laborais em Portugal: a precarização dos trabalhadores da enfermagem” com os resultados da pesquisa realizada.

Retornando ao Brasil, retomei as atividades na UFU em 01 de setembro de 2014. Dada a experiência que tive em Portugal, pesquisando os/as enfermeiros/as, portanto, aquela fração da classe trabalhadora mais profissionalizada, comecei a me dedicar mais atentamente às questões do trabalho qualificado em nível superior no Brasil. Minha formação em licenciatura em ciências sociais, minha forte presença no curso de licenciatura em ciências sociais no INCIS/UFU e também no PPGED/UFU me instigaram a problematizar o trabalho docente, em particular na educação básica.

Importa dizer que o trabalho docente possui particularidades, é fundamentalmente feminino, envolve uma dimensão intelectual e imaterial e mantém relativa autonomia e controle sobre os meios e os fins do trabalho. No entanto, ele vem vivenciando significativas mudanças, especialmente a partir dos anos 2000, sob o aprofundamento das políticas educacionais neoliberais e sob o Estado Gestor, o qual enfatiza a competição, os mecanismos de mercado e as formas de controle e organização do trabalho por meio de avaliações de desempenho vinculadas à resultados, sendo estes por sua vez, essencialmente apoiados nas tecnologias informacionais-digitais. Essas mudanças se dão no processo de trabalho e na educação de forma mais ampla, com implicações na subjetividade e nas estratégias de resistência da categoria docente.

Busco, assim, analisar o que chamo de “reestruturação do trabalho docente” no que se refere às demandas de formação profissional, à organização e gestão do trabalho, às condições do trabalho e emprego, às manifestações das mudanças na sua subjetividade e as implicações para as ações coletivas. Procuo ainda discutir o caso brasileiro, país periférico na divisão internacional do trabalho, no contexto das transformações mundiais por que vem passando a classe trabalhadora no capitalismo financeirizado e tomo como interlocutor o caso dos professores/as de Portugal. Este país, como pude observar durante meu pós-doutoramento, também passa por um processo de reestruturação no contexto da mundialização do capital e das políticas neoliberais. Entretanto, sua configuração

histórico-cultural e posição na divisão internacional do trabalho, proporcionam particularidades nesse processo.

A hipótese que procuro desenvolver é que o avanço do neoliberalismo na educação básica, especialmente na esfera pública, associado à adoção das novas tecnologias informacionais-digitais, tem promovido a intensificação do controle do trabalho docente na educação básica, cujos conhecimentos e habilidades vêm sendo expropriados e aprisionados pelo capital no trabalho-morto de matriz informacional-digital, implicando, de forma mais geral, na (des)qualificação e conseqüente proletarização dos/as profissionais. A forma e a temporalidade das mudanças estão relacionadas às lutas da categoria num contexto histórico-político particular em articulação com as determinações mais gerais da reestruturação produtiva do capital.

Essas ideias foram consubstanciadas no projeto de pesquisa “Trabalho e Educação sob o Estado Gestor a Partir da Década de 1990: diálogos entre Brasil e Portugal”, submetido ao CNPq na modalidade “Pesquisador Produtividade” em 2015. O projeto foi aprovado e eu pude ter a oportunidade de ser contemplada com bolsa “Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2”.

Como as pesquisas anteriores, busquei envolver os/as estudantes da graduação e pós-graduação dos cursos nos quais estou ministrando aulas. Nesse sentido, destaco os trabalhos de iniciação científica de William Perone sobre novas tecnologias e trabalho docente na educação básica e também de Henrique Perone, sobre neoliberalismo e a Nova Gestão Pública. Os resultados dessas pesquisas, cujo objeto empírico são os/as professores/professoras, especialmente os/as jovens recém-formados e ingressantes na carreira docente da escola básica do estado de Minas Gerais e da cidade de Uberlândia, segunda economia do estado e também em termos populacionais, atrás apenas da capital têm sido divulgados em revistas científicas no Brasil, a exemplo da “Quaestio: Revista de Estudos de Educação”, v. 20, 2018 e na revista “Diversa Prática”, v. 5, p. 19-68, 2019.

No exterior, foi motivo de muito orgulho para mim a publicação, em 2017, do artigo “*Work in the Twenty-First Century and the Relevance of the Theory of Value*” no periódico *Advances in Historical Studies*, n. 6, (p. 95-103) no qual analiso as teses de Ricardo Antunes desenvolvidas em sua obra *Os Sentidos do Trabalho* (2000) quando da sua publicação em inglês (2018), sobre a pertinência da teoria do valor, da centralidade do trabalho e sua importância na sociabilidade humana no contexto de uma nova configuração, cada vez mais heterogênea e multifacetada, da classe trabalhadora, bem

como da imbricação crescente entre trabalho produtivo e improdutivo, trabalho material e imaterial dado o novo patamar sócio-técnico do trabalho.

Em 2019 tive a oportunidade de publicar o artigo “O Trabalho Docente na Educação Básica sob o Estado Gestor no Brasil (1995-2015)”, na obra organizada por Ricardo Antunes, Alberto L. Bialakowsky, Francisco Pucci e Mariela Quiñones, cujo título é: “*Trabajo y Capitalismo Relaciones y Colisiones Sociales*”, Buenos Aires: CLACSO/Teseo. Este artigo tem como foco a análise do Estado Gestor no Brasil, enfatizando os impactos sobre o trabalho docente, o qual vai sendo reformulado via difusão de contratos flexíveis e temporários, avaliações padronizadas de desempenho individual vinculadas à metas e resultados, traduzindo-se em pagamentos diferenciados por produtividade. Concluo que as mudanças constituem, em última instância, novos mecanismos de controle e submissão do trabalho e contribuem para aprofundar o individualismo e a quebra de solidariedade de classe entre os/as professores/as.

Em 2020, pude publicar, em co-autoria com Cílon, o artigo “Trabalho e Trabalho Docente na Educação Básica em Tempos de Precarização no Brasil”, na revista “*Controversias & Concurrencias Latinoamericanas*”. O objetivo do artigo foi analisar as mudanças no trabalho e as formas de resistência dos professores da educação básica pública no Brasil em especial a partir do governo Temer (2016-2017), quando intensificaram-se as reformas neoliberais, com ênfase na desregulamentação do trabalho via aprovação da Lei Nº 13.467/2017 da Reforma Trabalhista. Argumentamos que, numa aparente contradição, ao mesmo tempo que as relações e condições de trabalho tornam-se precarizadas, o novo memento da acumulação capitalista ancora-se no trabalho com maiores exigências de níveis de escolaridade e qualificação e que a precarização do trabalho docente atinge especialmente os jovens os quais são inseridos no mercado de trabalho sob condições laborais que se opõem ao contrato de trabalho de tempo integral e com algum nível de proteção social, com rendimentos tendencialmente inferiores. Nesse contexto, os/as docentes têm resistido e trazendo à luz os conflitos inerentes entre o trabalho e os interesses do capital na esfera pública. Concluimos que:

os e as docentes da educação básica pública não estão sendo combatidos porque estão defasados em suas qualificações profissionais, mas sim porque estão resistindo coletivamente às reformas educacionais que envolvem a precarização do trabalho docente e, num sentido mais amplo, o desmonte da educação pública (PREVITALI; FAGIANI, p. 235).

Por conta das minhas pesquisas sobre o trabalho docente, envolvendo a formação docente e o local de trabalho docente, a escola, senti a necessidade de aprofundar meus estudos sobre o tema da educação escolar básica articulada ao ensino superior, buscando compreender melhor seus nexos e especificidades.

Após pesquisas sobre onde e com quem desenvolver essa nova perspectiva do trabalho, optei pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP) sob a supervisão do Prof. Afrânio Catani cujas reflexões sobre educação eu vinha acompanhando. Submeti projeto de pesquisa de pós-doutoramento ao CNPq e, embora tenha sido contemplada no quesito mérito, não obtive a bolsa em função dos cortes orçamentários impostos ao órgão pelo Ministro da Educação, Abraham Weintraub. Mesmo assim, solicitei meu afastamento ao INCIS para o período 01 de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2020 e tive a satisfação de ser contemplada.

A pesquisa em nível de pós-doutoramento ora em andamento, um desdobramento da pesquisa no âmbito da bolsa produtividade CNPq, versa sobre as interfaces entre a educação básica e superior quanto às políticas de formação docente no contexto do neoliberalismo, do Estado Gestor e da difusão das tecnologias informacionais-digitais a partir do governo Temer quando se tem a aprovação da Reforma Trabalhista e a PEC - 55 que regulamenta o teto dos gastos públicos.

Essa experiência tem se mostrado bastante significativa não somente para meus estudos específicos, mas, também, por ter a oportunidade de conhecer melhor o Prof. Catani e desfrutar de momentos de aprendizado com um grande professor e pesquisador e que agora considero um amigo. Contudo, as atividades de supervisão e pesquisa sofreram um abalo quando, a partir do início do mês de abril, o país declarou estado de pandemia por conta do Covid-19, vírus mortal que atinge todos os cantos do globo, expressando a crise estrutural do capital e colocando em questão a sua gestão “*just-in-time*”, isto é, sob demanda, que coloca a vida da classe trabalhadora sob a determinação da valorização do capital. Sabemos que esse fato não é novo, ao contrário é estrutural do modo de vida capitalista. O dado novo é que agora esse fenômeno se dá às claras sem que se recorra à mistificação.

Enquanto escrevo este memorial, enfrentamos o agravo dessa crise no Brasil, em grande medida, em função do projeto político neoliberal e de características neofacistas das elites nacionais que têm a frente o governo de Jair Bolsonaro (2018 -). Segundo os

dados do Ministério da Saúde⁸, temos cerca de 2 milhões de casos e mais de 90 mil mortes. Em artigo sobre esse fenômeno, intitulado “Trabalho e Educação sob o Corona Vírus no Brasil” escrito em colaboração com Cílon e a ser publicado em coletânea pela “Editora Navegando”, procuro analisar a vulnerabilidade da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2000), sob a pandemia e problematizo o discurso místico de que todos/as podem ser afetados. Ante a expressão, muito comum: “estamos todos no mesmo barco”, afirmo que:

(...) é preciso considerar que os barcos são bem diferentes, indo desde canoinhas até transatlânticos. Isso significa dizer que algumas pessoas são muito mais vulneráveis a pegar o vírus que outras, não porque o vírus as escolheu, mas porque, deliberadamente, foram deixadas em suas barquinhas à deriva, ao lado dos transatlânticos que, no movimento das ondas do mar, as afunda. Nos vem à mente o filme “Titanic”⁹, que conta a história do naufrágio de um grande navio saindo da Inglaterra para os Estados Unidos quando muitos passageiros, de três diferentes classes¹⁰ a bordo, morreram. Mas, os que estavam na terceira classe, composta majoritariamente por trabalhadores/as imigrantes morreram mais porque seus compartimentos ficavam trancados para que não se misturassem com as classes mais abastadas. Foram impedidos de subir para o convés. Sob a pandemia, os números e as imagens mostram que as pessoas pertencentes à classe trabalhadora, em seus extratos mais precarizados estão morrendo mais. Não porque têm menos sorte ou porque “Deus quer”, mas porque homens poderosos e endinheirados assim o desejam. Como já disse Engels (2008)¹¹, as epidemias servem para destruir o excesso de trabalho.

⁸ Site oficial: https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em 20 de julho de 2020.

⁹ Filme estadunidense produzido em 1997, que conta a história do naufrágio do transatlântico *Titanic* em 1912. A direção foi de James Cameron, tendo com atores principais Kate Winslet e Leonardo DiCaprio. 194 min.

¹⁰ Os passageiros do Titanic estavam divididos em três classes separadas, determinado não só pelo preço de seu bilhete, mas pela riqueza e classe social: os que viajavam em primeira classe, a maioria deles os passageiros mais ricos a bordo, incluíam membros proeminentes da classe alta, empresários, políticos, militares de alto escalão, industriais, banqueiros, artistas, socialites e atletas profissionais. Os passageiros da segunda classe eram viajantes da classe média e incluíam professores, autores, clérigos e turistas. Os passageiros da terceira classe eram principalmente imigrantes. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Passageiros_do_RMS_Titanic#Terceira_classe. Acesso em 08 de mai. de 2020.

¹¹ ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo. 2008.

Problematizo também os impactos da pandemia na educação e no trabalho docente, afirmando que o avanço das tecnologias digitais na educação no contexto da pandemia está ocorrendo de forma aligeirada, sem um debate mais aprofundado acerca de seu alcance e de sua eficácia no ensino e aprendizagem e, majoritariamente, voltada à atender interesses econômicos, pois estamos falando de empresas educacionais privadas a vender plataformas e conteúdos para um sistema educacional público que “congrega aproximadamente 60 milhões de estudantes da educação básica, profissional e superior, envolvendo ainda cerca de 2.4 milhões de professores/as”.

Concluo esse artigo dizendo que, ao invés de haver uma coordenação nacional em sintonia com a experiência internacional exitosa sobre o que fazer com a educação no sentido de tranquilizar famílias, estudantes e os/as profissionais da educação, criando condições efetivas de segurança para um retorno presencial pós-pandemia, exige-se o retorno de forma remota e em condições desfavoráveis, intensificando o trabalho docente e ampliando ainda mais a desigualdade social e na educação.

É nesse contexto, de pandemia e trabalho remoto que venho desenvolvendo as atividades de pós-doutoramento. Minhas pesquisas e reuniões de orientação são realizadas de forma remota, uma alternativa muito aquém dos encontros de pesquisadores/as e reuniões presenciais.

2.1.3 - A Extensão

Como amante do cinema e utilizando sempre esse recurso em atividades em sala de aula, busquei organizar um projeto de extensão, articulado ao ensino e à pesquisa, que tivesse como problemática central as categorias trabalho e educação e que relacionasse, de forma sistematizada, enquanto metodologia, o cinema e a prática pedagógica. Portanto, para além da prática extensionista, foi necessário o estudo, por um lado, da prática pedagógica do ponto de vista da formação e emancipação humana e, de outro, do cinema, produto da indústria cultural mas que traz em si, como toda a atividade humana, a sua própria contradição e, nesse sentido, pode ser visto como processo artístico criativo promotor de forte impacto na subjetividade do sujeito social.

Foi então que nasceu, em 2008, o projeto “A Formação Política pela Sétima Arte: o cinema como prática pedagógica e de cidadania”. Cumpre ressaltar que o “projeto cinema”, como costumamos chamá-lo, existe ainda hoje, tendo passado por revisões e reformulações ao longo de sua trajetória, mantendo, contudo, seu desenho e motivação

iniciais. Como todo apoio, seja à pesquisa, seja à extensão, se faz a partir da submissão de projetos às agências de fomento, submeti o projeto à FAPEMIG em 2008 (APQ-01904-08) e fui contemplada. Nesse momento, o projeto foi desenvolvido com ênfase nos movimentos sociais do campo, embora envolvesse atividades com os sindicatos e movimentos sociais na cidade.

Assim, tendo como eixo central os movimentos sociais de Uberlândia-MG (2008-2010), o objetivo do projeto foi

(...) utilizar o cinema como forma a promover uma reflexão crítica através de sugestões analíticas postas na estrutura narrativa fílmica, visando contribuir para o aprimoramento do senso crítico que o sujeito social tem de si mesmo e do meio sociocultural e educacional em que vive, buscando apoiar a organização social dos movimentos na sua luta para a conquista de direitos humanos. ((APQ-01904-08, p. s/p).

O projeto contou com a participação de docentes e discentes do GPTES nas atividades de extensão, as quais, por sua vez, envolviam a pesquisa e o ensino. Dessa forma, ele consistiu também em um espaço de diálogo e experiências de ensino que ampliaram a formação dos/das discentes em relação às práticas educativas e pedagógicas. As atividades eram planejadas no âmbito do GPTES, envolvendo todos/as os/as estudantes, da graduação ao doutorado, e aconteciam mensalmente. Tivemos ainda, mediante submissão de projeto a edital específico o apoio da PROEX/UFU (setembro de 2009-fevereiro de 2010) na forma de bolsa de graduação em extensão. Entre 2010 e 2012 tive a oportunidade de ter o projeto novamente aprovado pela FAPEMIG (APQ-03251-10).

Devo dizer que o conjunto das atividades nesse projeto eram bastante intensas, demandando muitas discussões epistemológicas e teóricas e tempo de planejamento, formato de abordagem, desde a escolha dos temas, dos filmes associados a eles associados, passando pela elaboração do roteiro de discussão o qual conduziria o debate com o público presente, elaboração e preparação das oficinas. Mas todo o trabalho foi imensamente gratificante. Sou muito grata à todas/os que participaram desse projeto, mas destaco a amizade e o compromisso da Jacqueline de Andrade, técnica-administrativa que depois se tornou minha orientanda de mestrado em Educação no PPGED/UFU. Sem Jacqueline, minha amiga e companheira, essa atividade e tantas outras não teriam saído do papel.

Destaco também a grande colaboração de Tatiane Thomannem, estudante de história e matemática, Hinuany, graduanda em ciências sociais, Ana Cecília, mestranda em Educação, Wellington, graduado em educação física sempre muito presente com suas “dinâmicas de grupo”, Edir, da computação, André, da história, Andréia, também sempre muito presente, Pablo, estudante de mestrado em ciências sociais e professor na rede estadual.

A realização das atividades ocorria nos assentamentos de reforma agrária, nas sedes dos sindicatos e, a partir de 2012, também nas escolas da educação básica da rede pública. Tivemos a oportunidade de trabalhar com o ensino fundamental II, que corresponde do sexto ano ao nono ano, sendo as crianças com idade de 07 a 14 anos. Foi muito gratificante quando pudemos trazer um grupo de crianças, que nunca haviam ido a uma sala de cinema, ao anfiteatro da UFU, para assistir o filme “MegaMente”. Essa atividade foi registrada por reportagem da TV Universitária em 20 de outubro de 2011.

As atividades do projeto cinema foram interrompidas no período em que estive fora do país, entre 01 de setembro de 2013 e 31 de agosto de 2014. Ao retornar, retomei o projeto, mas agora, mantendo a orientação inicial de articulação entre pesquisa, ensino e extensão, a ênfase passou a ser o trabalho docente e a questão da formação inicial e de aperfeiçoamento ou qualificação, que no campo da educação é denominada, apropriadamente, de “formação continuada”.

Nesse novo contexto, em 2015, submeti o projeto à FAPEMIG (APQ-03840-15) e em 2017, também à UFU/PROEX, Edital 90. Nessa nova fase, muitos estudantes já haviam deixado o projeto e outros foram incorporados/as com destaque para Luciana Zacharias, docente do curso de direito da UFU e doutoranda em Educação no PPGED/UFU, Lourenço, William, Henrique, Ana Carolina, todos/as do curso de Administração da UFU, Maura, técnica-administrativa e pós-graduanda em Educação no PPGED/UFU, Elaine, professora da educação básica e doutoranda em Educação no PPGED/UFU.

Durante o desenvolvimento do projeto teve início, em 2016 o “Movimento Estudantil de Ocupação das Escolas Públicas” por conta do processo de reestruturação da educação implementado por governos estaduais, envolvendo fechamento de unidades escolares e também devido aos cortes orçamentários à educação pelo governo Temer com a aprovação da PEC do teto dos gastos públicos.

O GPTES apoiou o movimento estudantil em Uberlândia, que teve 20 de suas 34 escolas estaduais ocupadas. Eu, Cílon e membros do grupo percorremos as escolas ocupadas para ministrar aulas e palestras aos estudantes e também para conhecer mais de perto os aspectos organizativos e as reivindicações dos/as estudantes. O GPTES buscou dar voz aos/as estudantes como pode ser observado no vídeo-documentário “Ocupações das Escolas de Uberlândia”, disponível no canal do youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=BDGVJAe8Ayc>

No âmbito do Edital 90 (UFU/PROEX), tive a honra de contar com a colaboração, experiência e amizade da Profa. Elisabeth (Beth) da Fonseca Guimarães que dividiu comigo as responsabilidades de coordenação geral. Essa atividade que, além dos professores/as da rede pública municipal e também estudantes de licenciatura dos cursos da UFU, contou ainda com o apoio da Secretária Estadual de Educação (SEE) e Secretaria Municipal de Educação (SME) no bojo da política de formação continuada dos/as profissionais da educação. O apoio consistiu em incentivo e, em alguns poucos casos, liberação dos/as professores/as para participação nas atividades. Nesse ínterim, é importante dizer que a política de formação continuada dos/as docentes da educação básica é dificultada sobremaneira pela impossibilidade objetivas das condições de trabalho que incluem elevado número de aulas e classes e dos/as profissionais e entraves às solicitações de afastamento para capacitação.

Os resultados das ações de extensão do projeto de cinema, em suas diferentes edições, foram publicados na forma de artigos científicos e artigos voltados a popularização da ciência. Em 2012, foi publicado o artigo “O cinema enquanto prática pedagógica: a experiência na Escola Estadual Prof. Ederlindo Lannes Bernardes em Uberlândia/MG” na revista *Em Extensão (UFU. Impresso)*, v. 11, p. 127-137. Em 2013, o artigo “Educação e Cinema: Formação Política e Prática Pedagógica junto aos Movimentos Sociais Populares do Campo” no número especial (n. 50) da Revista HISTEDBR On-line, v. 13, p. 161-177, o qual tive a satisfação de colaborar na organização juntamente com o Prof. Luis Bezerra (UFScar).

Em 2017 foi publicado o artigo “Formação política pela Sétima Arte: o cinema como prática pedagógica e de cidadania na Universidade Federal de Uberlândia no período 2015-2016”, novamente na revista *Em Extensão (UFU. Impresso)*, v. 15, todos em coautoria com os/as colegas do GPTES.

Publiquei ainda em 2017 o capítulo “Resistência da Classe Trabalhadora: lutas e contradições no ambiente da Economia Popular Solidária” no livro *Economia Popular Solidária Nosso Sul: a transformação pela solidariedade*, organizado por José Eduardo Fernandes e Cristiane Betanho.

Em 2019, tive o prazer de organizar, juntamente com Beth, Jacqueline e Elaine o livro “A Formação Política pela Sétima Arte: o cinema como prática pedagógica”, pela Editora Navegando, composto por artigos científicos resultantes das análises filmicas no âmbito da última versão do projeto, com os/as professores da educação básica. Organizamos ainda em um livro didático referente à metodologia das oficinas que está aguardando a publicação.

Mais recentemente foram incorporados ao projeto de cinema a Débora, estudante da graduação em ciências sociais e que vem analisando o trabalho dos entregadores/as de aplicativos (apps) e a Bruna, assistente social e mestranda em Educação no PPGED/UFU, que tem como objeto de pesquisa o cinema por plataforma, a Netflix, e que nos levou de volta aos movimentos sociais, agora o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) na ocupação Fidel Castro, cujo coordenador, Daniquel Oliveira dos Santos, de 40 anos, foi assassinado com um tiro na cabeça, na madrugada do dia 5 de março de 2020. O disparo foi feito por policiais militares e até o presente momento não foram encontrados os responsáveis pelo crime. Daniquel e tantos/as outros/as lideranças dos movimentos sociais assassinados/as estão presentes!

2.1.4 – Participação e Organização de Eventos Científicos

Como forma de divulgar os resultados das pesquisas produzidas no interior do GPTES, busquei participar de eventos científicos no Brasil e no exterior. Destaco a minha participação no Congresso de Sociologia do Trabalho (ALAS), em 2011 em Recife (Brasil) e no Seminário do Trabalho (RET), em 2010, evento já consolidado organizado pelo Prof. Giovani Alves na UNESP/Marília.

Buscando também ampliar os espaços de debate para as pesquisas realizadas no âmbito do GPTES em colaboração com os grupos de pesquisa vinculados ao PPGED, na “Linha de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade” (TSE) e PPGCS, na “Linha de Pesquisa Cultura, Identidades, Educação e Sociabilidade”, e também almejando uma interlocução de abrangência nacional, tendo como eixo central a relação trabalho e

educação na perspectiva marxiana e marxista, fui motivada à organização de um seminário na UFU.

Assim, juntamente com os colegas Carlos Lucena, Robson, Bosco, Sérgio Paulo e o Cílon, e contando com apoio da UFU e dos programas de pós-graduação PPGED e PPGCS, organizamos o primeiro seminário Desafios do Trabalho e Educação no Século XXI. Do seminário resultou o livro “Desafios do Trabalho e Educação no Século XXI” que reuniu artigos de pesquisadores convidados a proferir as conferências e participar dos debates nas mesas-redondas.

O Seminário em 2013 obteve significativo impacto na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) o que se verificou pelas inscrições de pesquisadores/as, estudantes de pós-graduação, professores/as da rede pública e demais interessados, em particular vindos de Uberaba, Patos de Minas, Ituiutaba, cidades localizadas na região do Triângulo Mineiro, Minas Gerais. Ao todo, foram cerca de 250 inscritos, que participaram assiduamente das atividades.

Em função do êxito obtido, foi possível a realização da sua segunda edição em 2015. Submetemos o projeto do seminário à Capes e fomos exitosos naquela oportunidade. Se a primeira edição do evento teve como objetivo principal refletir sobre os recentes desafios do trabalho e da educação no Brasil, buscou-se na segunda edição fortalecer o debate com pesquisadores brasileiros e iniciar a construção de uma interlocução internacional sobre trabalho e educação na perspectiva do marxismo. O II Seminário ocorreu no âmbito do Acordo de Cooperação Científica assinado em 01 de setembro de 2014 entre o PPGED/FACED e o INCIS da Universidade Federal de Uberlândia e o Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, que tinha como coordenadores, pelo lado brasileiro, eu e, pelo lado português, Raquel Varela.

Em 2017 tivemos a terceira edição do seminário, cuja temática foi os “100 Anos da Revolução Russa”. O objetivo foi a efetivação de uma memória para a compreensão dos fatos históricos daquele movimento para entendê-los como sentido da realidade atual que passa, sem dúvida, pelas experiências de lutas dos/as trabalhadores/as e suas consequências para a organização social, política, econômica e cultural, como elementos imbricados diretamente à realidade escolar. Para além do estado da arte e do retorno ao processo histórico, político e econômico da Revolução Russa, buscou-se uma reflexão crítica quanto às políticas neoliberais e suas consequências vigentes. O seminário também

teve apoio da UFU e da Capes e apresentou seus resultados na forma de uma coletânea e da publicação dos trabalhos apresentados em Anais.

Em 2019 tivemos a quarta edição do seminário o qual se realizou em colaboração com o HISTEDBR/UNICAMP e teve como tema central a “Educação e Mundo do Trabalho: em defesa da escola pública”. Em tempos de mudanças estruturais do capitalismo brasileiro e mundial, sob a égide do neoliberalismo, evidenciava-se para nós a necessidade de problematização sobre os limites e desafios da educação básica. Tivemos uma participação expressiva de seminaristas do país todo e também do exterior. Foram mais de 800 inscrições um público presente de aproximadamente 600 pessoas excetuando-se os palestrantes e conferencistas.

Para esta edição, organizei, juntamente com os colegas, especialmente os membros do GPTES a “I Mostra Internacional de Curtas-Metragens Formação Política pela Sétima Arte: o cinema como prática pedagógica e de cidadania”, que teve por objetivo apresentar o cinema como “arte total” capaz de propiciar uma forma de experiência crítica acerca do mundo do trabalho e suas interfaces com a educação na sociedade globalizada. Os resultados também foram publicados na forma de um livro contendo dos expositores nas conferências e mesas-redondas, um livro com os trabalhos completos apresentados nos grupos de trabalho e os Anais contendo os resumos dos trabalhos apresentados.

Devo dizer a atividade de organizar seminários, envolvendo o planejamento, que começa com pelo menos um ano de antecedência à fim de atender-se aos requisitos e prazos de editais tanto no âmbito da universidade como das agências de fomento externas, organização das equipes de trabalho, e execução propriamente dita é bastante extenuante, mas, sem dúvida, muito prazerosa. Infelizmente, na atual conjuntura, sob o governo Bolsonaro antes da pandemia, cortes brutais na área da educação impactaram diretamente nas agências CNPq e Capes, o que levou à suspensão de editais de apoio à pesquisa e eventos científicos com prejuízos enormes às atividades científicas, aos pesquisadores e estudantes envolvidos. É importante reiterar que esses encontros científicos são fundamentais para a discussão crítica e para a promoção da pesquisa coletiva. Inviabilizá-los significa um retrocesso no patamar científico que estamos, o qual já bastante aquém do nível internacional.

2.1.5 – Atividades de Gestão

Ao longo de minha trajetória como docente na UFU desempenhei algumas funções de gestão. Penso que algumas merecem destaque e passo agora a elencá-las.

Em 2006 foi coordenadora substituta do DECIS.

Entre 2006 e 2008 exerci a função de membro do colegiado do curso de graduação em Ciências Sociais.

Entre 2007 e 2008 fui coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais (NUPECS), atividade que gostei muito por envolver ensino e pesquisa com os/as estudantes. Em 2007 também participei da comissão responsável pela elaboração do Projeto do curso de Mestrado em Ciências Sociais.

Em 2008, fui indicada pelo conselho de Ciências Sociais para ser conselheira da FAFCS no Conselho de Extensão da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (CONSEX). A FAFCS deixou de existir a partir de 2010, quando do processo de desmembramento dos seus departamentos integrantes e correspondente formação dos respectivos institutos.

Em 2008 fui escolhida pelos colegas para exercer a chefia do Departamento de Ciências Sociais (DECIS), cargo em que permaneci até abril de 2011, quando foi finalizado o processo de desmembramento da FAFCS e constituição do Instituto de Ciências Sociais (INCIS).

Entre 2011 e 2013, conforme Ata do conselho do INCIS, exerci a função de membro do colegiado do curso de pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS), quando solicitei afastamento tendo em vista minha licença para pós-doutoramento em Portugal.

Entre 2011 e 2013 fui membro do Colegiado da Pós-Graduação em Educação (PPGED).

Entre 2015 a 2018 assumi a coordenação do Laboratório de Ensino de Sociologia (LESOC) do INCIS.

Entre 2016 e 2017 exerci a função de Diretora do INCIS. No exercício dessa função, em abril de 2017, retomei uma prática há muito não realizada, qual seja: a organização da “Aula Inaugural do Curso de Ciências Sociais”. A aula foi ministrada pela Prof. Maria Aparecida Moraes e Silva, aposentada da UNESP/Araraquara e docente do Programa de Pós-Graduação da UFSCar. A aula está disponível em vídeo e faz parte do acervo do NUPECS e do LESOC. Nos anos posteriores, infelizmente, essa importante atividade de recepção dos/as estudantes ingressantes foi novamente interrompida.

Em 2018, como membro do colegiado do curso de pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS), participei de comissão para reorganização das linhas de pesquisa do programa.

Conclusão

Formada em Ciências Sociais, iniciei minha vida profissional como professora na educação básica e depois no ensino superior. Na UFU, mesmo quando ministrei disciplinas na pós-graduação, não deixei a graduação. Passei por diferentes cursos: Pedagogia, Administração, Educação Física, Economia e as Ciências Sociais tanto no período diurno quanto noturno, presencialmente e também em cursos à distância (EAD). Considero-me uma pessoa privilegiada, pois, posso afirmar que realizo meu trabalho com uma boa dose de autonomia e autodeterminação o que me proporciona sempre um grande regozijo e estímulo.

Para mim, as atividades de ensino, pesquisa e extensão são imiscuídas. As atividades de pesquisa e extensão que realizei resultaram em trabalhos que foram publicados em revistas especializadas e também de caráter mais amplo, para o público em geral com o propósito de popularizar a ciência em especial as pesquisas sobre trabalho, reestruturação produtiva, controle, alienação e emancipação, trabalho docente e educação, formação humana e qualificação, formação política e cinema, sempre à luz da perspectiva marxiana e do materialismo histórico dialético, buscando envolver todos/as estudantes e orientando/as, respeitando suas possibilidades e necessidades, num trabalho coletivo, pois, acredito que é assim que se cresce individualmente. A categoria trabalho e sua centralidade no processo de humanização implica para mim em um modo específico de ver e estar no mundo. Pertencço à classe trabalhadora, me vejo como uma trabalhadora docente e dirijo minhas forças físicas e intelectuais para estar ao lado da classe trabalhadora.

Nesse sentido, penso que não seria possível o meu desenvolvimento profissional e enquanto pessoa se não tivesse tido a oportunidade de ingressar por concurso público na carreira acadêmica na educação superior pública. E é na Universidade Federal de Uberlândia – UFU, enquanto instituição pública do saber científico que me são oportunizadas condições estruturais fundamentais que permitem o meu desenvolvimento como professora e pesquisadora, atuando de forma articulada e contínua no ensino, na pesquisa e na extensão.

Eu pesquiso para preparar minhas aulas e, nas aulas, com os/as estudantes, sinto-me instigada a pesquisar mais. Esse processo se dá também com as orientações no âmbito do GPTES. O trabalho que realizo e forma como realizo me definem como pessoa, como

um ser humano em relação com outros seres humanos. É um trabalho – e gosto muito de dizer isso – de artesão/ã. Aquele artesão tal qual o descreve José Saramago.

É certo que nem tudo são flores no trabalho e, especialmente, no local de trabalho. Tive meus maus momentos, mas, como disse no início deste memorial, a memória é seletiva e determinadas conjunturas se tornam, com o tempo, insignificantes e devem ser superadas. Em tempos de servidão ou mesmo escravidão do trabalho, como diz o Prof. Ricardo Antunes, realizar um trabalho dotado de sentido, ainda que limitado e envolto à aborrecimentos burocrático-tecnologizados, é excepcional.

Hoje tenho meu trabalho e vejo que minha vida se constituiu com ele e através dele. Eu espero continuar trabalhando e vivendo por mais um longo tempo.

Anexos – Documentos Comprobatórios